

Sumário

Número de notícias: 56 | Número de veículos: 43

PORTAL UOL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad: Congresso e Judiciário ajudam governo a alcançar metas fiscais..... 6

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: Brasil vai crescer mais do que projeções do mercado; pode bater em 2%..... 8

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL S.A.
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rede privada diz que reforma tributária encarecerá mensalidade escolar em 20%..... 9

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para secretário do Tesouro, arcabouço fiscal traz desafios, mas é viável..... 10

PORTAL R7 - NACIONAL - MINAS GERAIS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Evento da Fecomércio vai reunir em BH empresários e deputados para discutir Reforma Tributária..... 11

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que inflação pode chegar a 5,5%, mas jamais a 10%..... 12

VALOR ONLINE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regime fiscal passa em meio a derrotas em série do governo..... 14

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com falta de transporte público, transição energética e reforma tributária, faz sentido desonerar carro? Especialistas opinam..... 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: governo gera contradições na prática da implementação da política fiscal..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: Não há como crescer no Brasil com esse sistema tributário..... 19

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: aumento da produtividade requer mudança no sistema tributário..... 21

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco: Reforma mais desejada pela sociedade há décadas é a tributária..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula pede a Pacheco para acelerar votações no Congresso..... 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em evento da Fiesp, Lula defende indústria forte e faz aceno ao agronegócio..... 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado mira entregar marco fiscal para sanção de Lula no decorrer de junho, diz Pacheco
..... 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: Sistema tributário é grande vilão pelas baixas taxas de crescimento..... 28

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Selic no atual nível é absolutamente injustificável , afirma presidente da Fiesp..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frente Parlamentar da Indústria defende marco fiscal e reforma tributária..... 30

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Galípolo diz que mercado financeiro já começa a projetar queda de juros nos próximos meses
..... 32

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

ANÁLISE: Medidas para baratear carro são positivas, mas ainda falta clareza sobre lado fiscal
..... 33

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente da Fiesp elogia desoneração de carros, mas diz que foco deve ser reforma tributária
..... 35

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad vai entrar no debate político da reforma tributária, diz Appy..... 36

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo promoverá estímulo de natureza tributária para modernizar parque fabril, diz Alckmin
..... 37

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafio da reforma tributária é acertar alíquota que não eleve os preços, diz Reginaldo Lopes
(Reforma tributária)
..... 38

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente da Fiesp volta a criticar taxa nominal e real de juros do Brasil..... 39

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Itaú BBA vê estrangeiro mais otimista à espera de maior visibilidade sobre cortes nos juros
..... 40

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo Lula anuncia corte de impostos para ampliar acesso a carros populares; valor pode cair até 10,79%	41
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Sistema tributário brasileiro está falido e precisa de uma reforma, diz presidente da Fiesp	43
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA Sem reforma tributária, não é possível falar em política industrial, diz Bernard Appy	44
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Dia Livre de Impostos: lojistas chamam atenção sobre carga tributária	45
VALOR ONLINE - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA Arcabouço é bem recebido, mas exterior limita ganhos	46
VALOR ONLINE - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O acordo que selou o arcabouço fiscal	48
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Arcabouço fiscal é considerado "frouxo" e insegurança tributária preocupa	50
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA Quais os prós e contras do arcabouço fiscal aprovado na Câmara? Cinco economistas respondem	52
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Trajetória da arrecadação é que dirá se arcabouço é rígido ou frouxo demais	55
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Governadores apoiam reforma tributária mas temem perder receita	57
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Câmara conclui votação de emendas e arcabouço fiscal segue para Senado	59
PORTAL R7 - NACIONAL - DF RECORD REFORMA TRIBUTÁRIA Governadores debatem sobre a reforma tributária em Fórum Nacional	60
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA Tebet defende que desoneração da folha de pagamento seja discutida junto à reforma tributária	61
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA Omar Aziz será o relator do texto das novas regras fiscais no Senado	62

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores defendem a reforma tributária, mas questionam falta de clareza sobre garantias dos estados 63

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar cai após Câmara aprovar texto-base do novo arcabouço fiscal 65

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

País ter novo marco fiscal é passo fundamental para a economia, diz presidente da Febraban 69

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Centro-Oeste pode perder com reforma tributária, dizem governadores 70

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores querem mais debate sobre reforma tributária 72

VALOR ONLINE - REFORMA TRIBUTÁRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como funciona a guerra fiscal? 73

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira: marco fiscal contribui para juros baixos e reforma tributária é próximo passo 74

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que aprovação de regra fiscal na Câmara foi sinal de 'amadurecimento' 75

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira: Tributária está na pauta no 1º semestre; aprovação dependerá do plenário 76

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com avanço do marco fiscal na Câmara, governo vai concentrar esforços na reforma tributária 77

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais importante do que onde Coaf vai ficar é a integridade de dados, diz Haddad 79

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor financeiro não quer privilégios na reforma tributária, diz entidade 80

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reindustrialização do país volta ao debate 81

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marco fiscal provocará perda de R\$ 87 bilhões ao DF em 10 anos 83

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reunião foi boa porque firmou entendimento para votar marco fiscal e tributária, diz Haddad 85

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal vai demandar 'aumento permanente' da carga tributária, diz Marcos Lisboa 86

Haddad: Congresso e Judiciário ajudam governo a alcançar metas fiscais

São Paulo e Brasília, 26

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, 26, que o Congresso e o Judiciário têm apoiado o governo a alcançar metas fiscais e reiterou a viabilidade do objetivo da equipe econômica de zerar o déficit das contas primárias, aquelas que não incluem o pagamento de juros, no ano que vem.

Durante entrevista à GloboNews, ele deu como exemplo desse apoio a aprovação, pelo Senado, do novo marco legal de preços de transferência. As novas regras inibem triangulações de empresas exportadoras com paraísos fiscais, podendo render ao governo até R\$ 70 bilhões em ganhos anuais de receita, sendo R\$ 20 bilhões já no ano que vem.

O ministro também fez menção à medida provisória (MP) aprovada esta semana pelo Senado que impediu a inclusão do ICMS na base de cálculo dos créditos de PIS e Cofins, levantando, nos cálculos da Fazenda, mais R\$ 30 bilhões neste ano e R\$ 60 bilhões em 2024. Lembrou ainda, entre outras medidas, da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que empresas não podem abater, no recolhimento de **tributos** federais, os benefícios de ICMS dados pelos Estados. O impacto aqui na arrecadação é estimado em R\$ 88 bilhões, sendo, conforme observou Haddad na entrevista, R\$ 50 bilhões líquidos para a União.

O que falta, ponderou o ministro, é mudar as regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, onde o governo quer ter voto de desempate em contenciosos com contribuintes julgados pelo órgão.

Segundo Haddad, uma série de distorções tributárias serão revistas, o que inclui a taxação de offshores que, destacou, não recolhem **impostos** nem no Brasil nem no exterior. Com as medidas já aprovadas, em tramitação ou a serem encaminhadas, o ministro disse que será possível terminar o ano que vem com as contas públicas dentro do intervalo previsto pelo marco fiscal aprovado nesta semana pela Câmara. O texto prevê uma tolerância de 0,25 ponto percentual, para cima ou para baixo, da meta de primário.

A construção de uma política fiscal sólida depende do Executivo, mas depende muito do Legislativo e do Judiciário, que até o presente momento não têm nos faltado, comemorou Haddad.

Retorno diplomático

Ao destacar a sua boa relação com o Congresso desde a transição, o ministro disse que foi uma aposta correta recuperar a institucionalidade nas relações entre Executivo e Legislativo. Para ele, os elogios recebidos do presidente da Câmara, Arthur Lira, representam um retorno diplomático por esse bom relacionamento.

Haddad disse também que o arcabouço fiscal, que teve aprovação expressiva na Câmara, demonstra a possibilidade de construir uma base de apoio estável quando há consonância entre governo, parlamento e mercado. A nova regra, afirmou, permitirá ao País repor recursos que foram retirados pelo teto de gastos nos últimos sete anos, mostrando que o Brasil tem rumo. Já a **reforma tributária**, acrescentou Haddad, será um divisor de águas. Em apenas cinco meses, estamos fazendo coisas que o governo anterior não fez em quatro anos, comparou.

O ministro assinalou ainda que o teto de gastos, regra a ser substituída pelo novo arcabouço, desmontou uma série de políticas sociais, agora retomadas, conforme advogou, com responsabilidade fiscal. É possível compatibilizar as duas coisas.

Ele lembrou que o governo teve coragem em reonerar os **impostos** federais dos combustíveis, apostando na queda do dólar e do petróleo para neutralizar os efeitos na **inflação**. Após apontar que reformas microeconômicas retomadas serão essenciais à recuperação da atividade, o ministro também reafirmou a expectativa de a economia crescer perto de 2% em 2023. Não podemos nos conformar que o País crescerá menos do que a média mundial, 1% ao ano é pouco, afirmou.

Durante a entrevista à GloboNews, Haddad informou também que a tributação dos sites de apostas segue em discussão, assim como o Desenrola, programa de negociação de dívidas das famílias. Não está fechado ainda se sairão via projeto de lei ou MP. No caso do Desenrola, Haddad defendeu que seja por MP para ajudar imediatamente as famílias endividadadas.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/26/haddad-congresso-e-judiciario->

ajudam-governo-a-alcancar-metas-fiscais.htm

Haddad: Brasil vai crescer mais do que projeções do mercado; pode bater em 2%

São Paulo e Brasília, 26

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, 26, que a economia brasileira está voltando à normalidade e deve crescer mais do que o previsto pelo mercado. O ministro reiterou, em entrevista à GloboNews, a previsão próxima a 2% - 1,9%, precisamente - feita pela equipe econômica ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano.

Nós estamos voltando à normalidade e vamos crescer mais do que as pessoas imaginam, digo as pessoas de mercado, que estão projetando ainda crescimento de 1,1% e 1,2%. Isso não vai acontecer, declarou o ministro. O Brasil vai crescer 1,7%, 1,8%, e os mais otimistas, como eu, dizem que o crescimento pode bater em 2% este ano, acrescentou.

O ministro demonstrou confiança na redução em breve dos juros, mas, por outro lado, manifestou preocupação com a transição até o relaxamento da política monetária ter efeito no crédito e no consumo. Por esse motivo, justificou, o governo anunciou ontem a desoneração dos automóveis de entrada, uma tentativa de resgate do carro popular.

Segundo Haddad, o programa apresentado pelo vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, é de curto prazo, além de focado em soluções ambientalmente corretas, com o objetivo de contornar a atual limitação de crédito no mercado, que tem levado a um grande acúmulo de estoque nos pátios de montadoras e concessionárias.

Várias montadoras deixaram o Brasil, lembrou o ministro ao defender que o País precisa de um programa para evitar o fechamento de outras fábricas durante a transição. Ele observou que a conjuntura da indústria automotiva inspira cuidados não apenas pela alta de juros, mas também pela crise na Argentina, historicamente o principal destino dos carros exportados pelo Brasil.

Reindustrialização

Após as votações do novo marco fiscal e da **reforma tributária**, pautas prioritárias no Congresso, ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que transição ecológica e a reindustrialização, a partir de base sustentável, estarão no foco da agenda econômica do

governo.

Segundo o ministro, as primeiras medidas de transição ecológica serão lançadas em agosto. Porém algumas questões precisam ser enfrentadas desde já, como a queda vertical das vendas de caminhões menos poluentes.

Ontem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou linhas de crédito a juros mais baixos que beneficiam, em parte, a aquisição de bens de capital. É o caso dos veículos de carga, que, como observou Haddad, ficaram em quase R\$ 100 mil mais caros em função da atualização tecnológica para baixar as emissões.

O ministro ponderou que a prioridade até aqui era votar o arcabouço fiscal, e a partir de agora o governo tem todas as condições de tomar decisões no calendário correto e, à exemplo das indicações ao Banco Central, com base em discussão técnica.

Conforme Haddad, assim como o marco fiscal, a **reforma tributária** é uma agenda de Estado e de longo prazo, cujo diálogo e construção é de interesse de todos. Assim, ele pontuou que o texto do relator Aguinaldo Ribeiro está em formulação com apoio da equipe técnica do ministério da Fazenda.

Ainda sobre mudanças no modelo tributário, Haddad descartou a possibilidade de recriação de um imposto sobre movimentações financeiras nos moldes da CPMF. Era projeto do governo anterior, não temos pretensão de recriar isso, assegurou.

Manifestando otimismo de queda dos juros à frente, Haddad disse que o Brasil tem as melhores condições de ser destino dos investimentos globais, considerando tanto o ponto de vista energético quanto os marcos regulatórios do País.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/26/haddad-brasil-vai-crescer-mais-do-que-projecoes-do-mercado-pode-bater-em-2.htm>

Rede privada diz que reforma tributária encarecerá mensalidade escolar em 20%

Painel S.A.

A **reforma tributária** nem ganhou tração, e a Frente Parlamentar pela Educação Particular (FPeduQ), lançada no início do mês, já trabalha pela redução da alíquota do setor.

Um levantamento do grupo mostrou que, caso a educação privada seja tributada pela alíquota única, as mensalidades terão aumento superior a 20%.

Segundo a frente, que conta com 200 parlamentares entre deputados e senadores, a tendência é que, caso o PIS e a Cofins sejam substituídos por uma imposto único, mais de 10 milhões de famílias com renda per capita de até R\$ 3.145 sofrerão com o aumento das mensalidades .

Atualmente, as instituições particulares pagam uma alíquota de PIS/Cofins (imposto federal) de 3,65%.

No caso do ISS (imposto municipal), a alíquota varia entre 2% e 5%.

Com a reforma, a alíquota projetada de PIS/Cofins ficará entre 10% e 12% e a do ISS, entre 16% a 20%.

Coordenador do grupo de trabalho que discute o tema na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) vem defendendo um agrupamento de diversos produtos com uma mesma tributação , ao invés de criar múltiplas alíquotas diferenciadas.

O tema ainda não está pacificado no Congresso e alguns governadores pressionam por uma reforma fatiada, em que pontos polêmicos sejam discutidos aos poucos, enquanto outros que já foram acordados com os setores diretamente atingidos sigam para votação.

A FPeduQ afirma que o Prouni , ferramenta de acesso da população de baixa renda ao ensino superior, pode ser um dos programas atingidos pela reforma. Por isso, pedem que, no estabelecimento de uma nova contribuição, seja desenhada uma continuidade para o programa.

Eles também pedem a manutenção da imunidade tributária e a neutralidade de novas contribuições sobre livros didáticos.

Atualmente, mais de 16 milhões de estudantes integram a educação particular no país, sendo 9 milhões na educação básica e quase 7 milhões no ensino superior -a maior parte estudantes das classes C, D e E.

Com Diego Felix

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/05/r-edu-privada-diz-que-reforma-tributaria-encarecera-mensalidade-escolar-em-20.shtml>

Para secretário do Tesouro, arcabouço fiscal traz desafios, mas é viável

Por Cibelle Bouças, Valor - Belo Horizonte

Por Cibelle Bouças, Valor - Belo Horizonte

26/05/2023 18h28 Atualizado há 3 horas

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse nessa sexta-feira (26) que o novo arcabouço fiscal traz desafios para o governo nos próximos anos, mas que é possível de ser cumprido, diferentemente do teto de gastos criado no governo do ex-presidente Michel **Temer** (MDB), e que foi alterado por quatro vezes pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"O teto de gastos tinha o pressuposto de corrigir os gastos pela **inflação**, sem olhar que o Brasil é ainda um país em desenvolvimento, com inúmeros desequilíbrios, principalmente sociais. E o que aconteceu? Criou-se a regra que funcionou por um tempo e sob blefe. O Brasil blefou demais. É hora de o país colocar regras que possa seguir sem desequilíbrio fiscal", afirmou Ceron.

Ao participar do evento Diálogos da Brazil Conference, no Sesc Palladium, em Belo Horizonte, o secretário disse considerar um "blefe" as mudanças feitas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei do Teto de Gastos, que permitiram ao governo elevar gastos públicos acima dos limites anteriormente definidos.

Ceron também afirmou que o país peca pela pressa, quando busca resolver o problema fiscal em um ou dois anos. Segundo ele, o novo arcabouço fiscal é desenhado para permitir o equilíbrio fiscal e econômico do país no longo prazo.

"A proposta tem a flexibilidade necessária para permanecer no longo prazo. Criou-se condição para cumprir a regra. É mais difícil, com o arcabouço fiscal, o governo ter argumento para descumprir a regra, mesmo com as mudanças feitas pelo Congresso", afirmou o secretário. Para Ceron, as mudanças propostas criarão horizonte que permitirá ao país voltar a crescer a uma média de 3,5% ao ano.

Ele destacou, ainda, medida criada pelo governo para mudar a tributação das empresas que fazem triangulações com paraísos fiscais para deixar de pagar imposto de renda sobre o lucro. "No Brasil, isso

representa de R\$ 50 bilhões a R\$ 70 bilhões por ano. O governo quer que os grandes grupos, que fazem essas operações, paguem imposto, quer que todos participem do processo", disse o secretário.

Presente ao evento, Felipe Salto, ex-secretário da Fazenda de São Paulo, também disse considerar que o arcabouço fiscal é exequível e que "produz uma perspectiva positiva" para o biênio 2023 2024. "Há um ajuste da despesa, mas o arcabouço afasta o ajuste fiscal mais extremo. A meta de superávit primário em 2024 é bastante ousada, mas isso vai depender da geração de receita do ano que vem", afirmou Salto.

Já Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, disse esperar pouco impacto na economia com o arcabouço fiscal em 2023 e 2024. Ela considera que o efeito será mais evidente quando for feita a **reforma tributária**.

"A gente concorda que um aumento de 1% a 2% na carga tributária é necessário. Com a **reforma tributária** haverá um crescimento na arrecadação que vai permitir ter ganhos com o arcabouço fiscal", afirmou a economista.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/26/para-secretario-do-tesouro-arcabouco-fiscal-traz-desafios-mas-e-viavel.ghtml>

Evento da Fecomércio vai reunir em BH empresários e deputados para discutir Reforma Tributária

Minas Gerais / Do R7

Data: 29 de maio (segunda-feira)

A Fecomércio MG (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas) vai reunir empresários e deputados para discutir a **reforma tributária**, na próxima segunda-feira (29), em Belo Horizonte.

Horário: 08h30

Local: Hotel Radisson Blu Belo Horizonte - Rua Lavras 150, São Pedro, Belo Horizonte

- Compartilhe esta notícia no Whatsapp
- Compartilhe esta notícia no Telegram

Site: <http://noticias.r7.com/minas-gerais/evento-da-fecomercio-vai-reunir-em-bh-empresarios-e-deputados-para-discutir-reforma-tributaria-26052023>

A votação para a reforma será pautada antes do recesso parlamentar de julho, de acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Segundo a Fecomércio-MG, o objetivo do evento é ampliar o diálogo do setor de comércio de bens serviços e turismo iniciado há dois meses em seminário na ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais).

Na ocasião, o presidente da Fecomércio MG, Nadim Donato, manifestou preocupação com a ausência de abordagem do Simples Nacional nos textos das propostas da Reforma que tramitam no Congresso. O presidente disse **temer** por desemprego se houver aumento de imposto sem desoneração da folha de pessoal.

O evento contará com a presença do coordenador do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados e vice-líder do Governo Federal, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e o deputado Newton Cardoso Júnior (MDB-MG), que também integra o Grupo de Trabalho na Câmara.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) enviará Nara de Deus Vieira, diretora de Relações Institucionais, o economista Fábio Gomes Morand Bentes e o consultor da **Reforma Tributária** da entidade, Gilberto Alvarenga. O evento será fechado para convidados.

Jornada Tributária do Comércio

Haddad diz que inflação pode chegar a 5,5%, mas jamais a 10%

Por Estevão Taiar e Larissa Garcia, Valor - Brasília

Por Estevão Taiar e Larissa Garcia, Valor - Brasília

26/05/2023 18h02 Atualizado há uma hora

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou hoje que a **inflação** "bateu 4,07%" e "pode chegar a 5%, 5,5%". Mas, segundo ele, "jamais vai chegar a 10%" como ocorreu recentemente.

Em entrevista à GloboNews, também disse que o "Brasil vai crescer 1,7%, 1,8%" neste ano. "Os mais otimistas, como eu, dizem que o crescimento pode bater 2% neste ano", afirmou.

Sobre o preço dos combustíveis, Haddad afirmou que a Petrobras, mesmo se "mantivesse o PPI (Preço de Paridade Internacional, política anterior de preços da empresa), teria que ajustar para baixo" os valores.

Citou como motivos o ambiente internacional atual, no qual as commodities estão caindo, o preço do petróleo em dólar caiu e o dólar também.

"[Teria que ajustar] Em um percentual superior ao aumento eventual do PIS/Cofins", disse. "Não está tendo pressão inflacionária por causa disso."

Reforma tributária

Haddad afirmou ainda que a **reforma tributária** "é imprescindível" e disse que o Fundo Monetário Internacional (FMI) avaliou que "vai ser divisor de águas no Brasil". "Ouço isso de todos os setores", contou.

Além disso, Haddad ressaltou que o arcabouço fiscal dará "sustentabilidade fiscal e social". "Construção de política fiscal sólida depende do Executivo mas também do Legislativo e Judiciário, que até agora não têm nos faltado", disse.

"MP [Medida Provisória] de Preços de Transferência pode levar a ganho de R\$ 70 bilhões por ano, sendo R\$ 20 bilhões no ano que vem", afirmou. Ele reforçou que decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre ICMS, CSLL e IRPF pode arrecadar R\$ 88 bilhões por ano.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/26/haddad-diz-que-inflacao-pode-chegar-a-55percent-mas-jamais-a-10percent.ghtml>

Regime fiscal passa em meio a derrotas em série do governo

O governo petista tem demonstrado um amadorismo que não condiz com sua experiência de 13 anos no poder. Contradições e incoerências levam-no a colher votações desastrosas para seus interesses -nem sempre para os do país - no Congresso. O novo regime fiscal, cuja tramitação relativamente tranquila foi quase toda acertada antes da posse, por Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira, é a exceção que vai configurando uma regra - sem base governista relevante, o governo torna-se refém do deputado alagoano. Mais que isso, depende dos interesses imediatos e abrangentes que Lira representa para aprovar medidas em um Congresso dominado pelas legendas do Centrão, que saíram das urnas mais fortalecidas do que nunca.

Lula e o PT urdiram um esquema intermediário para a continuidade do orçamento secreto, em troca da aprovação da PEC da Transição, que lhes deram todo o dinheiro que precisavam para governar (R\$ 168 bilhões extras). Com isso contavam com uma transição tradicional, em que o poder dado pela vitória nas urnas e pelos revigorados cofres públicos fossem suficientes para atrair, em número suficiente, os oportunistas de sempre, espalhados por todos os partidos no Congresso. Não foi o que aconteceu.

Em entrevista à Globonews, o presidente da Câmara fez mais uma avaliação didática sobre as agruras do governo Lula. Disse que já dera sinais "educados e claros" ao governo de que "o mundo de 2002 não é o mesmo de 2023". A principal mudança sublinhada foi a de que "o Congresso não tinha tanto protagonismo". Lira tem cobrado diálogo do governo e a formação de uma base de apoio, mas é claro que não lhe interessa lidar com uma maioria a favor do Planalto, salvo nos casos em que ele próprio a agenciar - como na votação do novo regime fiscal. Uma forte base pró-Lula torna prescindível a intermediação de Lira e lhe retira poder.

Lula venceu por pouco as eleições, e, como se previu, seu cacife político no início de governo foi muito diminuído. A tarefa de reconstruir um Estado arrasado pelo bolsonarismo é difícil e desvia energias da negociação política. Mas, além disso, Lula parece alheio a boa parte do que acontece ao seu redor, se empenha em batalhas erradas e aplica muito esforço em causas que lhe rendem pouco, se é que não prejudicam sua imagem, como a de mediador da

guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Então o Congresso, com a ajuda do PT, colocou-lhe um enorme problema exatamente aonde o presidente poderia colher seus maiores triunfos domésticos e externos: na causa ambiental. Em uma sequência arrasadora, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, criticou Marina Silva pelo veto do Ibama às perfurações exploratórias da Petrobras na foz do Amazonas, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues, rompeu com a Rede, sua legenda e rifou o Meio Ambiente na MP da reorganização ministerial, a Comissão Mista dessa MP, a 1154, presidida por Davi Alcolumbre, que prometeu lutar até o fim para derrubar o veto do Ibama, aprovou parecer do relator que retirou funções e responsabilidades que fazem a razão de ser do Meio Ambiente: Cadastro Ambiental Rural, política de recursos hídricos e resíduos sólidos. Além disso, os ruralistas da Câmara decidiram dar um salvo conduto legal para mais devastação na Mata Atlântica, aprovando dispositivos em MP que prorrogava o Programa de Reparação Ambiental (PAR).

Como se não fosse pouco, o poder de demarcar terras indígenas foi retirado do Ministério recém-criado e transferido ao da Justiça, quase que simultaneamente à aprovação do regime de urgência para o projeto de lei que estabelece como "marco temporal" para as demarcações a data da promulgação da Constituição de 1988. As imagens de Marina Silva, Amazônia e povos indígenas estão firmemente associadas à luta ambiental global. Um ataque em toda a linha aos três pode anular todo o esforço propagandístico que Lula fez como defensor intransigente do meio ambiente e pôr em xeque as evidentes credenciais que o Brasil possui para exercer um papel de primeira linha no combate ao aquecimento global.

O alheamento do presidente, que mal fala em **reforma tributária** ou novo regime fiscal, e tem **agendá** **passadista**, poderia ser minimizado em outros tempos, mas agora pesa diante de uma oposição numerosa e ativa no Congresso. A sequência de ações do Planalto também incomoda pela incoerência. No dia seguinte ao da divulgação de lista de milhares de empresas que se beneficiam de subsídios legais, votados pelo Congresso, e logo após a vital aprovação do novo regime fiscal, que se apoia no crescimento da arrecadação, o presidente anuncia um pacote de corte

de **impostos** para as montadoras ressuscitarem o carro popular.

O início de mandato tem sido inóspito e não se trata, ao que parece, de um período de adaptação, mas de uma condição "estrutural": a Câmara é comandada pelo Centrão e as legendas fisiológicas já não se sentem atraídas, como foram no passado, por Lula e o PT. Encontrar um modo de convivência produtivo, sem ceder a chantagens e pautas-bomba, é uma tarefa inevitável que se coloca diante do Planalto.

Site:

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2023/05/26/regim-e-fiscal-passa-em-meio-a-derrotas-em-serie-do-governo.ghtml>

Com falta de transporte público, transição energética e reforma tributária, faz sentido desonerar carro? Especialistas opinam

Por Ana Flávia Pilar

O anúncio do governo federal sobre novas medidas para reduzir o preço dos carros populares com redução de **impostos** foi interpretado como um contrassenso tanto por especialistas em contas públicas quanto pelos que pesquisam sustentabilidade ambiental e mobilidade urbana.

Ontem, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) anunciou a criação de um novo programa para descontos no preço de carros populares, com base na redução de **impostos** federais, como IPI e PIS/Cofins. A medida prevê ainda a possibilidade de venda diretamente da indústria para o consumidor.

Especialistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que o anúncio mina a credibilidade do arcabouço fiscal, que depende do aumento da arrecadação de **impostos** para funcionar.

Há cerca de um mês, Haddad defendeu a redução de benefícios fiscais como fundamental para aumentar as receitas. O plano para incentivar o carro popular cria mais uma renúncia de **impostos** que o governo vai ter de encontrar uma forma de compensar.

O incentivo a automóveis que consomem combustíveis de origem fóssil também destoam dos compromissos de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com sustentabilidade ambiental e transição energética.

Margarida Gutierrez, especialista em contas públicas e professora do Coppead/UFRJ, avalia que a medida vai contra uma necessidade do governo de aumentar receita para dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal.

A estimativa para que a nova regra consiga estabilizar a dívida pública é de um aumento de receitas da ordem de 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) ao ano, lembra a economista:

- A medida diminui a credibilidade do governo. Parece que o Ministério da Indústria vai na direção contrária ao Ministério da Fazenda. O que o Ministro da Fazenda (Fernando Haddad) diz todos os analistas

sabem: é preciso de aumento de receitas. Caso contrário, é meta primária que não vai ser cumprida e dívida pública que não se estabiliza - disse.

Para ela, conceder incentivo fiscal para a indústria automobilística também enfraquece o discurso do governo federal em defesa do meio ambiente:

- Se fosse para estimular o carro elétrico, eu diria tudo certo. Agora, a gente está falando de carro movido a gasolina, e a redução de custo (do automóvel) ainda vai depender do repasse (do desconto) da indústria - explicou Gutierrez.

Gabriel Quintanilha, professor convidado da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio, diz que uma medida mais efetiva para baratear o preço do carro popular no Brasil seria investir em uma **reforma tributária** simplificada.

A desoneração temporária de um setor em detrimento de outros vai na contramão de uma reforma cujo objetivo é simplificar a estrutura tributária, observa o especialista. Para ele, uma reforma do sistema de **impostos** daria às empresas teriam maior segurança jurídica para fazer investimentos para ampliar a produção e desenvolver novos modelos:

- Seria uma forma de baratear os veículos porque, no Brasil, não tem mais carro popular. No conceito, não existe mais. Mais uma vez, o governo federal demonstra que está dispersando sua energia porque toda semana foca em um novo assunto e nunca consegue avançar.

Embora a medida tenha sido anunciada no mesmo momento em que o governo Lula tenta emplacar uma **reforma tributária**, Quintanilha diz que o anúncio dos novos incentivos fiscais não impedem que a reforma seja aprovada.

- Mas imagino que, agora, o governo deve adotar medidas pontuais para o sistema tributário, que não devem ter o impacto global necessário - disse o especialista.

A concessão de incentivos fiscais para um setor

considerado poluente e focalizado em carros particulares também desagrada especialistas em mobilidade.

carro-especialistas-opinam.ghtml

Marina Maltar, professora de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ, diz que medidas que incentivem o uso do transporte privado, em detrimento de melhorias na mobilidade urbana pública, não resolvem os problemas de deslocamento nas cidades brasileiras.

Para ela, incentivar a compra de carros é o mesmo que estimular congestionamentos e o uso de combustíveis fósseis, além de levar a mais acidentes de trânsito.

- As nossas vias têm capacidade limitada, então devemos pensar nos veículos que transportam mais pessoas, que são ônibus, trens e metrô. Ou seja, o transporte público. Precisamos pensar em linhas férreas, mais do que dar incentivo a veículos particulares. É tornar a cidade mais densa, aproximando pessoas de oportunidades - disse.

Maltar lembra que o Brasil foi um dos países signatários da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), documento que prevê a adoção de medidas para tornar as cidades e os assentamentos humanos seguros, resilientes e sustentáveis.

Ontem, o Brasil foi aceito como membro do Fórum Internacional dos Transportes (FIT), durante encontro anual na cidade de Leipzig, na Alemanha. Junto da Costa Rica, o país passou a integrar a organização intergovernamental, que conta agora com 66 nações, seis delas da América Latina, dedicada à promoção do papel do setor no crescimento econômico, na sustentabilidade ambiental e na inclusão social.

Já Márcio de Almeida D'Agosto, também professor associado da Coppe, questiona até que ponto a medida anunciada pelo governo é efetiva. Ele não acredita que o alívio nos **impostos** pode ter algum impacto na venda de veículos, que deve continuar com preços altos demais para o perfil de renda do brasileiro.

- Uma medida alternativa e mais eficiente seria investir na eletrificação dos ônibus. Dizem que isso traria problemas de distribuição elétrica, mas falamos de uma frota muito menor que a de automóveis e que presta mais serviços à sociedade.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2023/05/com-falta-de-transporte-publico-transicao-energetica-e-reforma-tributaria-faz-sentido-desonerar->

Análise: governo gera contradições na prática da implementação da política fiscal

Alessandra Ribeiro

Acaba de ser aprovado um novo arcabouço fiscal que permite expansão dos gastos públicos em termos reais, ainda que limitada a uma taxa máxima de 2,5%. Esse crescimento de despesas, entretanto, precisa ser financiado o que ocorrerá via aumento de arrecadação.

Como sinalizado pelo governo há várias possíveis fontes para esse aumento de arrecadação, mas que na prática, muitas delas, são de difícil concretização. Assim, o resultado é que seguiremos bons anos com resultado primário negativo e incremento ainda importante do endividamento público ainda que em nível abaixo do estimado antes da apresentação do novo regime fiscal.

A realidade é que o cenário para as contas públicas brasileiras, mesmo com o arcabouço fiscal reduzindo as chances de cenários mais extremos, é ainda extremamente desafiador. Pelas simulações da Tendências, a dívida pública em relação ao **PIB** deve atingir 78% nesse ano e caminhar para 90% até 2031, patamar bastante elevado para uma economia emergente, suscetível a choques. A média de endividamento público de países emergentes selecionados, comparáveis ao Brasil, fica abaixo de 60%.

O fato é que para tornar o cenário ainda mais complicado, o governo lança mão de descontos de **impostos** federais para a produção de carros com valor de até R\$ 120 mil, com a justificativa de estímulo transitório e anticíclico para a indústria e aponta para novos estímulos de natureza tributária para ajudar a indústria a modernizar seu parque fabril a partir de 2024. Desta forma, a conta que já não fechava fácil, vai ser ainda muito mais difícil de ser equacionada. Com a concretização de políticas como essas e outras que estão sendo sinalizadas, o fato, é que os agentes vão piorar suas projeções para o resultado das contas públicas, o que elevará a percepção de risco, com efeitos adversos para os ativos, com destaque para os juros futuros. Com os juros futuros mais elevados, a consequência será a perda de dinamismo da atividade econômica, com desdobramentos negativos para o emprego.

Infelizmente, o país volta a ser deparar com políticas

que custam caro em relação ao benefício que trazem e que não resolvem as questões estruturais que estão por trás da baixa competitividade da indústria brasileira. O foco na **reforma tributária** como em outras agendas transversais que contribuam para redução de custos de transação e ganhos de produtividade é que permitirão crescimento mais sustentável da indústria brasileira e aumento de sua participação no **PIB**.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/analise-governo-gera-contradicoes-na-pratica-da-implementacao-da-politica-fiscal,eb0958e6dc4a5d18427e709486d76503y4ensccp.html>

Haddad: Não há como crescer no Brasil com esse sistema tributário

Rosana Hessel

Em evento na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acolheu a demanda do setor produtivo em defesa da **reforma tributária** e não poupou críticas ao atual sistema de **impostos**. Para ele, o atual emaranhado de **impostos** é "o grande vilão" do baixo crescimento do país.

Na avaliação do ministro, o diálogo para essa reforma está maduro no Congresso e na sociedade e há um consenso de que o país não vai conseguir crescer acima da média mundial sem modernizar o sistema atual de **tributos**, com a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), a exemplo da maioria dos países desenvolvidos. Não há como crescer a produtividade no Brasil com esse sistema tributário", afirmou Haddad, nesta quinta-feira (25/5), durante evento da Fiesp em comemoração ao Dia da Indústria.

Durante a cerimônia de encerramento do evento da Fiesp, o chefe da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reforçou a preocupação do atual governo na valorização da indústria no país. Ele destacou que o Congresso tem duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) em debate e que servirão de base para a **reforma tributária**, a PEC 45/2019, da Câmara, e a PEC 110/2019, do Senado. "Nós estamos maduros com o ponto, com a concordância do presidente (do Congresso) Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O Congresso está absolutamente maduro, até porque trabalhou esse tema nas duas Casas. E a sociedade está ansiosa para ver diante de si algo que dê segurança jurídica para os investidores. Mas hoje eu diria que tão importante quanto isso, segurança jurídica para a base fiscal do Estado", afirmou.

De acordo com Haddad, a monstruosidade do atual sistema tributário é tamanha que a União "não sabe quanto pode arrecadar", devido aos questionamentos na Justiça em relação à confusão gerada por tantos **impostos**. "A cada momento, há uma decisão judicial que solapa o Estado e nos deixa em estado permanente de insegurança, quando o que nós queremos, na verdade, é ter uma regra estável em que o Estado saiba o quanto pode investir e quanto pode gastar", explicou. O ministro defendeu a **reforma tributária** também para que os empresários consigam

se planejar a longo prazo, "pois os investimentos hoje exigem um prazo de planejamento e de previsibilidade que o sistema atual não consegue oferecer".

Arcabouço fiscal e apoio ao setor produtivo

O ministro demonstrou também otimismo com o avanço da tramitação da proposta do novo arcabouço fiscal, aprovada pela Câmara e que precisará do aval do Senado e elogiou a proposta, sem fazer críticas às mudanças feitas pelos deputados. Haddad elogiou o desempenho do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nas negociações com as bancadas para a aprovação do projeto da regra fiscal com ampla vantagem (372) sobre o número necessário, de 257 votos.

Para o chefe da Fazenda, as mudanças já encaminhadas pelo atual governo estão surtindo efeito nos dados macroeconômicos, com queda nos juros futuros, em torno de 200 pontos base, câmbio mais estável e revisões para cima das taxas de crescimento econômico. Isso significa que estamos no caminho certo, substituindo uma regra fiscal anacrônica por uma moderna. Uma regra fiscal que atende aos interesses de um país em desenvolvimento e endereçando uma **reforma tributária** que é mais moderna ainda, porque a introdução do Estado nacional, um imposto de valor agregado que praticamente resolve uma boa parte dos vícios do atual sistema tributário, que, na minha opinião, é responsável o grande vilão pelas baixas taxas de crescimento da nossa produtividade", disse o ministro

No início do discurso, Haddad ainda elogiou a fala do presidente da Fiesp, Josué Gomes, que ressaltou a importância da indústria para a economia e ressaltou que os países desenvolvidos só conseguiram elevar a taxa de renda média, porque tinham indústrias que ajudaram a catapultar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional. "Infelizmente, nas últimas quatro décadas, com alguns anos de exceção, em parte, no governo do senhor (presidente Lula), a indústria encolheu e definiu e está em torno de 10% a 11 % do **PIB** e o país com um crescimento médio de 0,6% ao ano. Se tivéssemos crescido mais, teríamos um **PIB** per capita equivalente a US\$ 22 mil a US\$ 23 mil per capita e não os atuais US\$ 9 mil que nos aprisionou como um país de renda média baixa", lamentou Gomes. "Isso ocorreu porque a indústria

perdeu o dinamismo", acrescentou.

O ministro reconheceu que o governo deve apoiar o setor produtivo. "Nós devemos apoiar a indústria. Nós sabemos o papel da indústria para o desenvolvimento nacional" disse ele, defendendo uma arrumação na casa, ao tempo da transição ecológica que está sendo alinhavada pelo governo federal, "estimulando a reindustrialização a partir de uma perspectiva de futuro, que para o fiscal e para o social".

"Eu tenho certeza, presidente Josué, que o Brasil vai voltar a crescer, como cresceu acima da média nacional, acima da média mundial, como aconteceu nos oito anos do governo do presidente Lula", afirmou Haddad. "Durante oito anos, nós crescemos uma média de 4,1% (ao ano) contra 2,5% da média mundial. Eu tenho absoluta convicção de que, se nós perseverarmos e não deixarmos disputas menores corroer a nossa capacidade de diálogo e a nossa falta de entrega, com os Três Poderes harmonizados, e a Fazenda harmonizada com o Banco Central, não queria deixar de citar essa exigência do momento, eu tenho certeza que nós vamos experimentar um ciclo de crescimento muito virtuoso no nosso país, com o apoio da indústria na linha de frente desse trabalho", completou.

Além de Haddad, Pacheco, Josué Gomes e Lula, participaram do encerramento a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5097233-haddad-nao-ha-como-crescer-no-brasil-com-esse-sistema-tributario.html>

Haddad: aumento da produtividade requer mudança no sistema tributário

Publicado em 25/05/2023 - 20:20

Por Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O ministro da Fazenda Fernando Haddad voltou a criticar, nesta quinta-feira (25), o atual sistema tributário brasileiro e avaliou que o país já está maduro o suficiente para aprovar a reforma tributário no Congresso. Segundo o ministro, que discursou em evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Brasil não tem como aumentar a sua produtividade com o sistema de **tributos** atual.

Não há como crescer a produtividade do Brasil com esse sistema tributário. O Congresso está absolutamente maduro e a sociedade ansiosa para ver diante de si algo que dê segurança jurídica para os investidores, e hoje eu diria que tão importante quanto isso, segurança jurídica para a base fiscal do Estado, disse Haddad.

De acordo com o ministro, a **reforma tributária** poderá resolver a maioria dos problemas do sistema de arrecadação de **impostos** atual, que se tornou, segundo ele, anacrônico e monstruoso.

Estamos endereçando uma **reforma tributária** que é mais moderna ainda, porque introduz no sistema tributário nacional um Imposto de Valor Agregado que praticamente resolve uma boa parte dos vícios do atual sistema que, na minha opinião, é o grande vilão pelas baixas taxas de crescimento da nossa produtividade.

A coisa se tornou tão monstruosa que até o Estado nacional não sabe quanto pode arrecadar. A cada momento há uma decisão judicial que solapa a base fiscal do Estado e nos deixa em estado permanente de insegurança, acrescentou.

Para o ministro, a **reforma tributária** trará regras estáveis, que possibilitarão ao Estado saber quanto poderá investir e gastar. E que os empresários possam se planejar no médio e longo prazo. Os investimentos hoje exigem um prazo de planejamento e de previsibilidade que o sistema tributário atual não consegue oferecer.

O ministro da Fazenda comemorou a aprovação do arcabouço fiscal pela Câmara dos Deputados. O projeto do novo regime fiscal teve a votação em

plenário concluída nesta quarta-feira (24) e agora será submetido à análise do Senado. Segundo Haddad, o marco garante a reposição de 100% do orçamento da educação e abre possibilidade de outros investimentos no desenvolvimento do país.

Se nós tivermos os recursos para fazer os investimentos acontecerem, sobretudo as PPPs [parcerias público-privadas], que agora todas elas terão aval do Tesouro Nacional, se nós tivermos recursos para voltar a educar o nosso povo, se nós fizermos essa arrumação da casa, ao tempo da transição ecológica, que nós estamos alinhando no governo federal, estimulando a industrialização a partir de uma perspectiva de futuro que olhe para o fiscal, para o ambiental, e para o social, eu não tenho dúvida que nós vamos verificar que o Brasil vai voltar a crescer.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/haddad-aumento-da-produtividade-requer-mudanca-no-sistema-tributario>

Pacheco: Reforma mais desejada pela sociedade há décadas é a tributária

São Paulo, 25

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse nesta quinta-feira, 25, que a reforma mais desejada pela sociedade brasileira há décadas é a tributária. Ele fez esta afirmação durante participação da cerimônia de encerramento de O Dia da Indústria na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e após dizer que pretende entregar o arcabouço fiscal para a sanção do presidente Lula em junho.

Fizemos reformas importantes e devemos continuar fazendo outras, mas a reforma mais desejada pela sociedade brasileira há décadas é a tributária. Se perguntarmos neste auditório se o sistema tributário é bom, independente do setor, todos vão dizer que é ruim, disse o senador presidente do Senado. O Congresso tem a obrigação cívica de aprovar a **reforma tributária**. Esse é o compromisso que nós temos, disse Pacheco.

Diante do presidente Lula, do vice Geraldo Alckmin, do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dos presidentes do BNDES e Fiesp, Aloizio Mercadante e Josué Gomes, pela ordem, e de uma plateia repleta de empresários, Pacheco defendeu medidas que possam gerar base de cálculo de arrecadação sem que se aumente a carga tributária.

Ele fez ainda questão de salientar a importância da previsibilidade e da segurança jurídica como caminho para a erradicação da fome, o que classificou como sendo um dos mais genuínos desejos do presidente Lula. Todavia, de acordo com ele há um caminho a ser percorrido.

Há um caminho a percorrer que envolve, previsibilidade, harmonia, pregar a paz e buscar erradicar a fome, que é o desejo mais genuíno do presidente Lula, disse acrescentando que o País está em um momento que se tem a constatação de que a democracia enfrentou ataques e questionamentos mas que sai fortalecida.

Nunca podemos perder o otimismo e a esperança no Brasil. Acredite no Brasil, invista no Brasil, dê tempo à nossa política, disse.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao->

***conteudo/2023/05/25/pacheco-reforma-mais-desejada-
pela-sociedade-ha-decadas-e-a-tributaria.htm***

Lula pede a Pacheco para acelerar votações no Congresso

Rosana Hessel

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu ao presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para acelerar as votações de propostas do Executivo encaminhadas ao Legislativo e das reformas necessárias para o país voltar a crescer de forma sustentável, como é o caso da tributária que vem sendo defendida.

"É preciso que a gente tenha clareza que o país precisa de tudo e só temos 1.200 dias de governo. Pacheco, apressa as votações, porque o trem está apitando", afirmou Lula, nesta quinta-feira (25/5), na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), olhando para o presidente do Senado e do Congresso, presente no local.

Além de Lula e Pacheco, participaram da cerimônia de encerramento de evento em comemoração do Dia da Indústria, realizado pela Fiesp, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, o presidente da Fiesp, Josué Gomes, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Antes de Lula, Pacheco e Haddad reconheceram a importância da indústria para a economia e o crescimento do país e destacaram o avanço na tramitação da nova regra fiscal, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados e ainda precisa passar pelo Senado. O presidente da Casa e do Congresso afirmou que o arcabouço fiscal, chegando ao Senado, "será encaminhado para o seu rito próprio", e, "até o fim de junho", deverá ser aprovado pelos senadores.

"A **reforma tributária** é a mais desejada há décadas e se a necessidade de mudança do atual regime tributário é uma realidade, é porque o atual não é bom", disse Pacheco. Segundo ele, é preciso aprovar a **reforma tributária** para dar um novo sinal de que "a democracia saiu mais forte e inabalada" "Temos a iminência de reformas para o nosso país e não podemos nunca perder o otimismo e a esperança com o Brasil. Acreditem. Deem um tempo necessário para a política construir.

Pela manhã, Lula e Alckmin anunciaram aos empresários um pacote de medidas para estimular a indústria, entre elas, desconto de 10,96% nos **tributos** para veículos até R\$ 120 mil.

Crítica a Bolsonaro

O chefe do Executivo também não deixou de alfinetar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao comentar o seu desempenho no encontro do G7 - grupo das sete economias mais industrializadas do planeta: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e Itália - , no Japão, no último fim de semana.

Fizemos mais bilaterais em um dia do que o outro presidente fez em quatro anos", disse Lula. O petista contou que conversou com chefes de governo dois países no último sábado e de 10 países no domingo, em paralelo à reunião de cúpula do G7, na cidade japonesa de Hiroshima. Segundo ele, há interesse em relação ao Brasil e será preciso que o país coloque embaixo do braço os projetos de parcerias para começar a vender essas propostas.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/5097207-lula-pede-a-pacheco-para-acelerar-votacoes-no-congresso.html>

Em evento da Fiesp, Lula defende indústria forte e faz aceno ao agronegócio

Fabricio de Castro

Em discurso para uma plateia de empresários na sede Fiesp, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez nesta quinta-feira uma defesa da indústria brasileira e de sua importância para o país, e ao mesmo tempo fez uma aceno ao agronegócio, setor em que o atual governo tem encontrado dificuldades de diálogo.

No evento do Dia da Indústria promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Lula defendeu que o país tenha uma política industrial ativa e altiva, mas sem tirar a importância do agronegócio.

Tem muita gente que fala em crescimento industrial e relega a um lugar muito secundário o agronegócio, a exportação de commodities, afirmou.

A gente quer que a indústria brasileira cresça, mas a gente quer que a exportação de commodities continue crescendo. O Brasil precisa ser exportador cada vez mais de grãos, cada vez mais de carne, cada vez mais das coisas que nós sabemos produzir. E isso não atrapalha a indústria, acrescentou.

Lula defendeu ainda que, para se ter uma indústria forte, é preciso ter trabalhadores fortes, ganhando salário justo e podendo ser consumidor daquilo que produz.

O presidente também incentivou o investimento por meio de instituições financeiras, dizendo que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os bancos estatais precisam colocar dinheiro no mercado, para atender os empresários menores.

Lula ainda fez uma defesa da política de seu governo em relação à Argentina, um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Segundo ele, é de interesse do país que as exportações para o vizinho continuem crescendo.

Mais do que querer ajudar a Argentina, queremos ajudar os exportadores brasileiros que querem vender para a Argentina, disse.

Citando sua viagem recente para o Japão, quando participou do encontro das sete maiores economias do

mundo (G7), Lula pontuou que a perspectiva dos países em relação ao Brasil é, atualmente, melhor do que em seu primeiro mandato.

As pessoas estão depositando expectativas no Brasil, disse.

NOVO ATAQUE AO BC

Durante o discurso, feito de improviso, Lula chegou a dizer que não trataria da política monetária -- algo que havia sido abordado em discursos anteriores no evento, inclusive pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin.

Pouco depois, no entanto, Lula voltou a subir o tom contra o Banco Central e disse que era uma excrescência a taxa básica Selic ser de 13,75% ao ano.

Nos últimos meses, Lula e aliados têm feito críticas ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e ao BC por manterem a Selic em níveis considerados elevados. Campos Neto, por sua vez, tem alertado para os níveis ainda preocupantes da **inflação**.

Durante o evento, que começou pela manhã, vários participantes defenderam reiteradamente que uma **reforma tributária** seja realizada no país. Além disso, foi citada a importância da tramitação do novo arcabouço fiscal no Congresso.

No encerramento do evento, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ouviu um apelo por parte de Lula. Pacheco, por favor: apresse as votações, porque o trem está apitando.

Pacheco afirmou que o Senado vai enviar o texto do marco fiscal para a sanção de Lula no decorrer de junho.

FIESP

Durante seu discurso, Lula também fez elogios ao atual presidente da Fiesp, Josué Gomes, que é industrial da área têxtil e filho de José Alencar, que foi vice-presidente nos dois primeiros mandatos do petista.

Em janeiro, pouco depois de Lula ter assumido a Presidência para seu terceiro mandato, Josué Alencar enfrentou um processo de destituição, posteriormente revertido, em um momento de acirramento da disputa interna na federação, que durante o governo anterior chegou a ser vista como uma entidade bolsonarista.

Nesta quinta-feira, Lula disse ter alegria por Josué ser o presidente da Fiesp.

Eu conheci muitos presidentes da Fiesp, desde 1975, e posso te dizer uma coisa: a Fiesp precisava de um empresário do teu tipo , disse Lula. Um cara moderno, um cara corajoso, um cara que tem a vida dentro da empresa.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/em-evento-da-fiesp-lula-defende-industria-forte-e-faz-aceno-ao-agronegocio,ff4dc6d730ecd2bf9cdee90fd8a6e373rzar5ry2.html>

Senado mira entregar marco fiscal para sanção de Lula no decorrer de junho, diz Pacheco

Fabricio de Castro

O Senado pretende enviar o texto do marco fiscal para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no decorrer de junho, afirmou o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta quinta-feira.

O novo arcabouço fiscal que vai substituir o chamado teto de gastos foi aprovado nesta semana pela Câmara dos Deputados e agora será analisado pelos senadores.

Chegando agora no Senado, será encaminhado para rito próprio para que, muito em breve, no decorrer do mês de junho, nós possamos entregar à sanção do presidente da República, disse Pacheco sobre o marco fiscal, em evento na sede da Fiesp para marcar o Dia da Indústria.

No mesmo evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo está no caminho certo com a substituição de uma regra fiscal anacrônica por uma mais moderna.

A regra geral da proposta criada para substituir o teto de gastos estabelece que as despesas federais não poderão crescer mais do que 70% da alta das receitas, além de definir que os gastos crescerão anualmente entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**.

O texto define que em caso de descumprimento da meta fiscal, que terá uma margem de tolerância, o crescimento dos gastos passará a ser limitado a 50% da alta da receita. Além dessa punição, o relator do texto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), adicionou uma série de gatilhos automáticos de ajuste fiscal.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Tanto Pacheco quanto Haddad também reforçaram a importância de aprovação pelo Congresso da **reforma tributária**.

Não há como crescer a produtividade do Brasil com esse sistema tributário, disse o ministro, que classificou a questão como a grande responsável pelo

baixo crescimento econômico do país. Pacheco afirmou que é uma obrigação cívica do Congresso aprovar a medida.

Na véspera, o senador admitiu, em reunião do Fórum de Governadores, que há uma série de divergências no Brasil em torno da **reforma tributária**, e afirmou que é preciso um espírito de ceder entre os envolvidos para que o país possa deslanchar com a aprovação da matéria.

A expectativa é que a **reforma tributária** seja o próximo grande tema a ser debatido pelo Congresso quando as discussões sobre o arcabouço fiscal forem finalizadas.

O Congresso está absolutamente maduro e a sociedade, ansiosa para ver diante de si algo que dê segurança jurídica para os investidores e... tão importante quanto isso, segurança jurídica para a base fiscal do Estado, disse Haddad.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/senado-mira-entregar-marco-fiscal-para-sancao-de-lula-no-decorrer-de-junho-diz-pacheco,c2631f1aca75c6fa1d75a8b0ebc6e686kjpgi7501.html>

Haddad: Sistema tributário é grande vilão pelas baixas taxas de crescimento

Do UOL, em São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse hoje que o atual sistema tributário do país é o grande vilão e responsável pelas baixas taxas de crescimento do país.

Haddad disse que o Congresso está maduro e a sociedade ansiosa para discussão do tema. A aprovação de uma reforma tributária é um dos objetivos do governo para este ano.

O ministro afirmou ainda que o governo está no caminho certo com a substituição de uma regra fiscal anacrônica e elogiou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O novo arcabouço fiscal foi aprovado nesta semana na Câmara e ainda precisa passar pelo Senado.

Haddad participou de um evento para celebrar o dia da indústria, na Fiesp, em São Paulo. Ele estava acompanhado do presidente Lula (PT), do vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB) e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD).

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/25/haddad-sistema-tributario-e-grande-vilao-pelas-baixas-taxas-de-crescimento.htm>

Selic no atual nível é absolutamente injustificável , afirma presidente da Fiesp

São Paulo

Ao receber o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sede da entidade, o empresário Josué Gomes da Silva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), disse que todos países prósperos cresceram com industrialização. Dirigindo-se ao chefe do Executivo, Josué disse que a indústria precisa recuperar dinamismo, após encolher nas últimas quatro décadas, com alguns anos de exceção , para algo entre 11% e 12% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Não à toa, o Brasil cresceu 0,6% na média anual nos últimos dez anos , disse o presidente da Fiesp.

Josué observou que os juros no Brasil são maiores do que os de competidores e que as políticas industriais, sozinhas, não são suficientes para compensar os desajustes macroeconômicos relacionados a juros, câmbio e sistema tributário. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação da reforma tributária.

Ao apontar durante o evento do Dia da Indústria na sede da Fiesp que a Selic está em patamar absolutamente injustificável , Josué disse que a Fiesp tem estudos com os caminhos para o Brasil alcançar uma taxa de juros compatível com as atividades produtivas.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/25/selic-no-atual-nivel-e-absolutamente-injustificavel-afirma-presidente-da-fiesp.htm>

Frente Parlamentar da Indústria defende marco fiscal e reforma tributária

Agência Câmara

Foi lançada nesta quarta-feira (24/5), na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista da Indústria, composta por 206 deputados e oito senadores. O grupo será coordenado pelo deputado José Rocha (União-BA), que defendeu o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** (PECs 45/19 e 110/19) como medidas que podem ajudar na reindustrialização do país.

O parlamentar destacou a importância estratégica da indústria para a economia. Segundo ele, para cada R\$ 1 produzido pela indústria, outros R\$ 2,5 entram na economia. Ele destacou que, em 2022, o segmento foi responsável por cerca de 24% do **PIB** e respondeu por cerca de 70% da exportação brasileira de bens e serviços, citando dados do Portal da Indústria. Rocha acredita que esses números podem ser ainda maiores, lembrando que, na década de 80 o setor chegou a ser responsável por 48% do **PIB** no País.

A adoção da política de políticas públicas é decisiva para o avanço industrial do Brasil e cabe ao Congresso Nacional contribuir com essa recuperação e com a construção de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento do setor por meio de implementação de medidas que incentivam os investimentos em pesquisa e inovação, disse Rocha.

Reforma madura

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, participou do lançamento e afirmou que vai trabalhar em conjunto com a frente pela recuperação da indústria e para construir uma proposta de política industrial. Segundo ele, nas últimas décadas, o Brasil passou por uma desindustrialização forte e precoce. Agora, continua Alckmin, é preciso agir no que causa essa desindustrialização.

Para o vice-presidente, três elementos são fundamentais: câmbio, imposto e juros. Ele considera que o câmbio está competitivo mas que os juros precisam cair. O que deve acontecer, em sua opinião, com a aprovação pela Câmara do projeto do arcabouço fiscal nesta semana.

Sobre os **impostos**, Alckmin disse que a indústria está supertributada e defendeu a aprovação urgente pelo Congresso da **reforma tributária**, para reduzir o chamado Custo Brasil, simplificar o sistema (transformando cinco **impostos** em apenas um) e estimular a exportação.

Nós estamos muito otimistas de que novamente a Câmara e o Senado darão uma resposta importante. [A reforma] está muito madura, debatida, discutida e vai se acertando nos ajustes para poder a gente trazer também o agro, que vai ser muito beneficiado pela exportação, e de outro lado os serviços, disse o vice-presidente. O importante é um imposto. Nós precisamos ter mais de uma alíquota. Você pode ter mais de uma alíquota, como é na União Europeia, completou.

Apoio à pauta

Vice-presidente da Câmara e do Congresso, o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) manifestou seu apoio à pauta da indústria, que, na visão dele, é a pauta do desenvolvimento e do crescimento econômico. Passado o arcabouço fiscal, agora a nossa pauta é a **reforma tributária**, que é a mãe de todas as reformas, destacou.

Vice-presidente da frente, o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) também disse que o Congresso firma, com a frente, compromisso com a agenda legislativa da indústria, diante da importância do segmento. Um setor que representa mais de 22% do **PIB**, 300 mil indústrias, gera mais de 10 milhões de empregos, contabilizou. Nós temos um grande potencial para fazer com que a indústria possa crescer, num processo não só de reindustrialização, mas de neindustrialização, acrescentou.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, também participou do lançamento e afirmou que a entidade trabalhará em conjunto com a frente para contribuir com projetos de interesse do segmento e para a retomada da economia.

Para o vice-presidente, três elementos são fundamentais: câmbio, imposto e juros. Ele considera que o câmbio está competitivo mas que os juros precisam cair. O que deve acontecer, em sua opinião,

com a aprovação pela Câmara do projeto do arcabouço fiscal nesta semana.

Sobre os **impostos**, Alckmin disse que a indústria está supertributada e defendeu a aprovação urgente pelo Congresso da **reforma tributária**, para reduzir o chamado Custo Brasil, simplificar o sistema (transformando cinco **impostos** em apenas um) e estimular a exportação.

Nós estamos muito otimistas de que novamente a Câmara e o Senado darão uma resposta importante. [A reforma] está muito madura, debatida, discutida e vai se acertando nos ajustes para poder a gente trazer também o agro, que vai ser muito beneficiado pela exportação, e de outro lado os serviços, disse o vice-presidente. O importante é um imposto. Nós precisamos ter mais de uma alíquota. Você pode ter mais de uma alíquota, como é na União Europeia, completou.

Apoio à pauta

Vice-presidente da Câmara e do Congresso, o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) manifestou seu apoio à pauta da indústria, que, na visão dele, é a pauta do desenvolvimento e do crescimento econômico. Passado o arcabouço fiscal, agora a nossa pauta é a **reforma tributária**, que é a mãe de todas as reformas, destacou.

Vice-presidente da frente, o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) também disse que o Congresso firma, com a frente, compromisso com a agenda legislativa da indústria, diante da importância do segmento. Um setor que representa mais de 22% do **PIB**, 300 mil indústrias, gera mais de 10 milhões de empregos, contabilizou. Nós temos um grande potencial para fazer com que a indústria possa crescer, num processo não só de reindustrialização, mas de neindustrialização, acrescentou.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, também participou do lançamento e afirmou que a entidade trabalhará em conjunto com a frente para contribuir com projetos de interesse do segmento e para a retomada da economia.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5097159-frente-parlamentar-da-industria-defende-marco-fiscal-e-reforma-tributaria.html>

Galípolo diz que mercado financeiro já começa a projetar queda de juros nos próximos meses

Por João Sorima Neto - São Paulo

O secretário-executivo do ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, recém nomeado para a diretoria de política monetária do Banco Central, afirmou que o mercado já precifica um corte de pelo menos 350 pontos-base (3,5 pontos percentuais) na taxa básica de juros (Selic) nos próximos 18 meses. Galípolo disse que o preço de ativos como câmbio e juros de longo prazo, por exemplo, sinalizam essa expectativa.

Ele disse que havia muito ceticismo em cada anúncio de medidas pelo governo, mas foi se preparando um conjunto de ações, que culminou com a aprovação do arcabouço fiscal, que vão produzir os resultados esperados para a economia.

- Havia muito ceticismo em cada anúncio que era feito (pelo governo). Havia a reoneração dos combustíveis e sem arcabouço fiscal. Mas agora olhando o preço dos ativos, vemos o real num patamar mais valorizado (que o dólar) e os juros longos no segundo semestre chegando a 10%. Isso envolve um corte de 3,5 pontos percentuais da Selic nos próximos 18 meses - afirmou.

Galípolo participou do evento do Dia da Indústria, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). No seminário, estão sendo discutidos temas como a nova política industrial, a **reforma tributária** para o crescimento econômico e a **desindustrialização**, entre outros.

Galípolo afirmou que tanto o presidente Lula como o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estão empenhados na **reforma tributária**, que deve ser uma das medidas mais importantes em breve, junto com o arcabouço fiscal.

Ele disse que vê a tendência de um ciclo econômico positivo para o Brasil, mesmo que o mundo se torne mais desafiador.

- O Brasil se apresenta com tamanho do mercado, não temos problemas de conflitos e nem risco sistêmico no sistema financeiro. Ainda que o mundo se torne mais desafiador, o Brasil tende a ficar melhor que seus pares. Vejo um ciclo bastante positivo para o país -

afirmou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/galipolo-diz-que-mercado-financeiro-ja-comeca-a-projetar-queda-de-juros-nos-proximos-meses.ghtml>

ANÁLISE: Medidas para baratear carro são positivas, mas ainda falta clareza sobre lado fiscal

Por *Isabela Bolzani, g1*

As medidas anunciadas nesta quinta-feira (25) para baratear o carro popular pelo governo foram bem recebidas pelo setor automotivo - mas, segundo análise de especialistas, voltaram a trazer preocupações sobre eventuais impactos no quadro fiscal brasileiro.

Entre as principais propostas do governo, estão:

Corte de **impostos** para reduzir o preço final de carro até R\$ 120 mil em até 10,79%; Adoção da taxa referencial (TR) como taxa de juros para projetos de pesquisa e inovação; R\$ 4 bilhões em financiamentos em dólar por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES), voltados para empresas que trabalham com exportação.

Por um lado, dizem especialistas, as medidas são importantes para aquecer um setor que tem caminhado em um ritmo bem abaixo da capacidade e das projeções para o ano.

Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), por exemplo, apontam que pelo menos 13 paralisações de fábricas aconteceram neste ano - o que, em muito, reflete os impactos dos níveis elevados de juros e da redução da demanda.

Veja como vai funcionar medida do governo para reduzir preço de carros

Por outro lado, no entanto, a leitura é que ainda falta uma maior clareza sobre como isso impactaria o quadro fiscal brasileiro.

Há dúvidas, por exemplo, sobre de onde virão os recursos para que o governo consiga compensar a perda de arrecadação com o corte de **impostos**, e o que ainda seria possível diante da aprovação da reforma tributária.

Além disso, especialistas indicam que mesmo diante da redução no preço final dos carros e da eventual

criação de garantias ou de uma linha de crédito específica para o varejo - possibilidade que havia sido ventilada, mas que ainda não foi anunciada pelo governo -, os impactos para o consumidor final ainda seriam bastante limitados.

Entenda abaixo o que diz o setor e qual a leitura do mercado.

O que diz o setor?

Após uma reunião no Palácio do Planalto com representantes do governo, o presidente da Anfavea, Márcio Lima Leite, afirmou que o pacote de medidas anunciadas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin na tarde desta quinta-feira torna "muito possível" que carros novos voltem a custar abaixo de R\$ 60 mil nas concessionárias.

De acordo com Leite, apesar de cada montadora ter sua própria política de preços, os números que vêm sendo apresentados são positivos e podem baixar o valor desses veículos.

"Hoje, com as reduções tributárias que estão em discussão e o esforço conjunto de todo setor, é bem possível que tenhamos [queda nos preços]. Mas isso é uma questão que cada montadora, que cada fabricante, tem a sua política", afirmou.

Para além da redução de **impostos**, no entanto, o segmento ainda defende melhores taxas de juros. Nesse caso, em seu discurso, Alckmin chegou a afirmar que acredita que com a melhora do regime fiscal e com a aprovação do novo arcabouço, a tendência é que haja um maior espaço para o Banco Central iniciar o ciclo de corte da taxa básica de juros.

Segundo o presidente da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (Anef), Paulo Noman, os bancos de montadoras se tornaram uma indústria de financiamentos que não está mais financiando .

A maioria dos carros agora está sendo vendido à vista e não só pelo preço do carro, mas também pelo peso dos juros nas parcelas para o consumidor. A indústria

não consegue subsidiar juros para seus clientes para sempre", diz Noman.

Ainda assim, os executivos do setor destacam que as medidas já podem trazer uma melhora no volume de vendas do segmento, diminuindo o custo para as montadoras e, conseqüentemente, melhorando o preço dos carros.

"Uma redução de juros é algo muito desejável para o futuro [...], mas qualquer medida que vá diminuir custos e melhorar as condições de acesso do consumidor ao segmento já são positivas", afirma o diretor de relações governamentais e regulamentação da Toyota do Brasil, Roberto Braun.

O diretor da Toyota reforça, ainda, que a companhia avalia a possibilidade e tem interesse em oferecer um veículo com preços mais populares. Atualmente, o carro de entrada da empresa é o Yaris, que custa em torno de R\$ 97 mil.

De olho no fiscal

Apesar da leitura positiva das propostas do governo, especialistas ainda destacam a necessidade de mais clareza sobre os aspectos fiscais da proposta.

Segundo anunciado por Alckmin, o Ministério da Fazenda terá um prazo de 15 dias para adequar a decisão às regras fiscais - ou seja, calcular a perda de arrecadação e dizer qual será a compensação no orçamento. Passado esse prazo, segundo Alckmin, o governo editará uma medida provisória e um decreto para regulamentar o tema.

Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, no entanto, a expectativa é que o governo tenha dificuldades em contornar essa questão sem que ela respingue em outros setores.

"A atual situação fiscal não permite que o governo abra mão de recursos, então a solução tende a ser fazer um rearranjo tributário. Nesse caso, a tendência é que essa redução de **impostos** do setor automotivo acabe onerando outros segmentos e produtos, talvez cigarros e bebidas, por exemplo. O governo não tem de onde tirar, então a solução é remanejar", afirma.

Os especialistas dizem, ainda, que o "perfil gastador" do governo também pode acabar tendo um efeito contrário nas taxas de juros - uma vez que parte do que o BC precisa para reduzir as taxas também parte por uma maior certeza fiscal.

"Se o mercado não sente credibilidade nesse governo, se os sinais apontam que não haverá uma mudança de status do lado das contas públicas, o juro não vai

cair", diz o professor de ciências econômicas da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rubens Moura.

Já do lado da demanda, a percepção é que novas medidas precisarão ser tomadas para que o objetivo de aquecer o setor seja, de fato, alcançado.

"Não é só cair o preço que a demanda vai reacender porque o grande problema é que essa demanda não existe hoje. Temos um nível de endividamento das famílias elevadíssimo e, mesmo que haja uma redução da Selic no segundo semestre, na ponta o impacto é bem menor", explica Agostini.

"É um setor importante, mas essas medidas são provisórias por conta do atual momento da economia. Não estamos em equilíbrio fiscal e não estamos em aceleração, então acredito que a eficiência dessas propostas deve ser bem limitada", acrescenta o economista.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/25/analise-medidas-para-baratear-carro-sao-positivas-mas-ainda-falta-clareza-sobre-lado-fiscal.ghtml>

Presidente da Fiesp elogia desoneração de carros, mas diz que foco deve ser reforma tributária

São Paulo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, elogiou o anúncio, feito nesta quinta-feira, 25, pelo governo, de corte nos **impostos** dos automóveis. Ele, porém, deixou bem claro que, mais importante do que medidas específicas, o foco da indústria deve ser a **reforma tributária**.

Durante evento do Dia da Indústria na sede da Fiesp, Josué disse a jornalistas que acompanhou pela imprensa a discussão sobre a tentativa de resgate do carro popular.

Segundo ele, medidas de desoneração que levem em conta a eficiência energética, como a anunciada nesta quinta-feira, são bem-vindas. O Brasil, infelizmente, tributou demais a indústria de transformação, observou.

Só que, ponderou Josué, a competitividade do setor e o crescimento do País dependem da reforma dos **impostos**. Segundo ele, a indústria recolhe 30% do total de **tributos** arrecadados, embora represente em torno de 11% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Eu aplaudo a medida que está sendo anunciada hoje, mas o que precisamos fazer é defender a **reforma tributária**, disse Josué, ao defender a criação, proposta pela reforma, do imposto sobre valor agregado, o IVA.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/25/presidente-da-fiesp-elogia-desoneracao-de-carros-mas-diz-que-foco-deve-ser-reforma-tributaria.htm>

Haddad vai entrar no debate político da reforma tributária, diz Appy

(Reuters) - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai entrar agora pessoalmente na discussão política da **reforma tributária**, disse nesta quinta-feira o secretário especial para a reforma, Bernardo Appy, acrescentando que as próximas semanas serão importantes para destravar o andamento do projeto.

Falando em evento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Appy disse que a **reforma tributária** já tem o apoio dos pequenos municípios e o respaldo dos Estados. Entre os grandes municípios, que no geral se opõem à reforma, ele afirmou que já vê alguns prefeitos manifestando apoio ao projeto.

Acho que estamos avançando, com diálogo se constrói a **reforma tributária**, disse Appy. Eu acredito sim que a gente vai construir não digo unanimidade, mas certamente a maioria necessária para aprovar a reforma.

O secretário frisou, no entanto, que não considera aceitável a ideia defendida por alguns grandes municípios de manter o imposto estadual ICMS separado do ISS, tributo municipal que incide sobre serviços.

Segundo Appy, nenhuma economia relevante faz a separação da tributação sobre serviços e sobre mercadorias, o que ele disse ser impossível na nova economia. Estamos atrasados mais de 50 anos nesse debate, disse.

A **reforma tributária**, em discussão no Congresso, prevê a unificação de **impostos** federais, estaduais e municipais, com a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) incidente sobre o consumo.

(Por Isabel Versiani)

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/25/haddad-vai-entrar-no-debate-politico-da-reforma-tributaria-diz-appy.htm>

Governo promoverá estímulo de natureza tributária para modernizar parque fabril, diz Alckmin

Brasília

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse nesta quinta-feira, 25, que o governo vai promover estímulos de natureza tributária para a indústria brasileira modernizar seu parque fabril. Esses benefícios, contudo, só deverão valer a partir de 2024.

Segundo Alckmin, o tema foi levantado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante a reunião no Planalto para discutir com o setor medidas para a reindustrialização do País. Haddad falou na reunião sobre depreciação acelerada na indústria. Precisamos modernizar o parque fabril, máquinas e equipamentos, vai ter estímulo de natureza tributária, disse à imprensa.

De acordo com ele, o tema será tratado no orçamento de 2024. Define o percentual da depreciação acelerada e o montante para a lei orçamentária de 2024, disse.

Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), Alckmin também anunciou a ideia do governo de dar descontos no IPI e PIS/Cofins para carros com valor de até R\$ 120 mil.

A benesse, que teria duração limitada, deverá ser aplicada ainda neste ano, mas depende de um parecer da equipe econômica, apontou o ministro. Teremos proposta de estímulo transitório e anticíclico para a indústria, afirmou Alckmin.

O ministro acredita que, com essa medida e outros temas que estão sendo encaminhados, será possível que o carro popular seja vendido em patamar inferior a R\$ 60 mil. Alckmin citou a possibilidade de venda direta para ajudar nessa meta.

Após a reunião com o setor no Planalto, Alckmin ainda listou uma série de eventos que, na avaliação do ministro, irão possibilitar a neointustrialização do País.

Citando o tripé câmbio, juro e imposto, afirmou que o primeiro está num patamar competitivo para a

exportação, em torno de R\$ 4,9 e R\$ 5, sem grandes oscilações.

Os juros, contudo, ainda elevados, poderão ser reduzidos a partir do novo regime fiscal, já aprovado pela Câmara, avaliou Alckmin. O juro futuro já está em queda, já há alguns meses caindo, e com a aprovação do novo regime fiscal estamos confiantes que podemos ter redução da taxa Selic, disse.

No pilar de **tributos**, Alckmin citou a **reforma tributária**. Indústria está super tributada, e acabamos tributando exportação indiretamente, porque acumula na cadeia, e o caminho é **reforma tributária**, estamos muito otimistas, disse. **Reforma tributária** ajuda exportação reduz custo Brasil, simplifica a questão tributária, afirmou.

O vice-presidente ainda reforçou o anúncio feito mais cedo pelo BNDES sobre linhas para a Indústria que devem chegar a R\$ 4 bilhões. Segundo o ministro, o financiamento será feito em dólar, o que tira o risco de variação cambial dos empresários. Alckmin afirmou que R\$ 2 bilhões do BNDES serão direcionados para o financiamento a exportação, e outros R\$ 2 bilhões disponibilizados para investimento e modernização das empresas.

Alckmin ainda citou a necessidade de aprovação da Lei de Garantias, assunto sobre o qual disse ter tratado na quarta-feira com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Já está no Senado e ele designou relator ontem na CAE, e nós acreditamos que a votação da lei pode tornar o crédito mais barato no Brasil, disse.

O Broadcast mostrou nessa segunda-feira, 22, que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado começou a se movimentar para votar o Marco das Garantias. O projeto foi aprovado pela Câmara em junho de 2022.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/25/governo-promovera-estimulo-de-natureza-tributaria-para-modernizar-parque-fabril-diz-alckmin.htm>

Desafio da reforma tributária é acertar alíquota que não eleve os preços, diz Reginaldo Lopes (Reforma tributária)

Stéfanie Rigamonti

Coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) disse nesta quinta (25) que um dos principais desafios de quem discute a reforma hoje é acertar uma alíquota que não produza aumento de preços de produtos e serviços.

O parlamentar defende que, além de uma alíquota única do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), a reforma também tenha uma alíquota de equilíbrio para setores que prestam serviço direto ao cidadão, como transporte e saúde. Lopes também defende zerar a alíquota em alguns casos.

"Se tiver três alíquotas, é uma grande vitória", disse o deputado durante evento que acontece na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) pelo Dia da Indústria .

Lopes disse que as mudanças que serão propostas no relatório da reforma é para que se possa chegar a uma convergência entre os políticos e os distintos setores econômicos. "O melhor texto é o que vai garantir a aprovação", declarou.

O parlamentar também reiterou que a reforma deve ser votada na Câmara ainda no primeiro semestre. "Pela primeira vez conseguimos construir um alinhamento político para aprovar a reforma".

Um dos setores que mais criticam a **reforma tributária**, o agronegócio foi diversas vezes citado durante o evento. Lopes disse que as mudanças irão apoiar o setor, o que foi reforçado pelo deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que também tem participado das discussões da reforma.

Segundo Lippi, o agronegócio exporta quase 10% de imposto hoje. Como a reforma deve desonerar completamente a exportação, o setor será beneficiado com as mudanças propostas, de acordo com o deputado.

O deputado afirmou que o setor critica a **reforma tributária** por desconhecer o conteúdo do que está

sendo proposto.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/desafio-da-reforma-tributaria-e-acertar-aliquota-que-nao-eleve-os-precos-diz-reginaldo-lopes.shtml>

Presidente da Fiesp volta a criticar taxa nominal e real de juros do Brasil

São Paulo

O industrial e atual presidente da Fiesp, Josué Gomes, voltou a criticar o que ele classifica de elevadas taxas de juros nominal e real vigentes no País. Ele fez as críticas durante sua fala na abertura do evento O Dia da Indústria que a entidade patrocina nesta quinta na capital paulista.

A taxa nominal de juro, a Selic, encontra-se em 13,75% ao ano e a taxa real, a que desconta a **inflação**, está rodando em torno de 7%, segundo cálculos dos economistas e analistas do mercado financeiro. Josué tem um cálculo que coloca o juro real em 8%.

Para o presidente da Fiesp, se a sociedade é contrária aos incentivos dados pelo governo a alguns setores da economia ela deveria se posicionar ao lado daqueles que defendem a redução da taxa de juro.

Segundo o presidente da Fiesp, o câmbio parece estar hoje ajustado, porém o excesso de juros pagos no País mantém o risco de sobrevalorização cambial, o que afeta a competitividade dos produtos brasileiros. Não podemos mais, como sociedade, admitir que se pratiquem esses juros que temos praticado, declarou Josué, acrescentando que já há 30 anos os juros inibem o crescimento e definham a indústria de transformação.

Ele disse ainda que as pessoas contrárias aos subsídios deveriam apoiar a redução da Selic porque, nas palavras dele, se o Brasil passar a praticar juros compatíveis com as taxas praticadas no mundo os subsídios perderão a razão de existir.

Reforma tributária

Ao apontar a urgência da **reforma tributária**, com a criação de um imposto sobre valor agregado que elimine o peso da cumulatividade dos **tributos** carregada pelo setor, Josué disse que nenhuma política industrial conseguirá produzir desenvolvimento sem a correção de distorções no plano macroeconômico.

Apelo à imprensa

O presidente da Fiesp iniciou seu discurso fazendo um

apelo aos profissionais da imprensa presentes para que abracem a indústria para, com isso, ajudar a reconstruir a classe média brasileira.

Para o executivo, dono da Coteminas, uma das maiores indústrias têxteis do País, um país democrático e inclusivo como o Brasil tem se proposto a ser requer a recuperação da sua indústria da transformação.

Representante do setor, Josué defende que a indústria perdeu com o passar dos anos e com a adoção do neoliberalismo a força que tinha na década de 1940, quando o Brasil crescia a taxas iguais a 7% ao ano.

Quero me dirigir aqui à imprensa e pedir que abrace a indústria para podermos recuperar a nossa classe média, disse o presidente da Fiesp, para quem é a indústria o setor que mais emprega, agrega valores a seus produtos, paga os melhores salários e abre oportunidades para o primeiro emprego de muitos jovens.

Josué teceu também críticas ao atual modelo econômico e disse que o processo antigo de substituição de importações não cabe mais no mundo de hoje e defendeu a participação da indústria nas cadeias globais de produção.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/25/presidente-da-fiesp-volta-a-criticar-taxa-nominal-e-real-de-juros-do-brasil.htm>

Itaú BBA vê estrangeiro mais otimista à espera de maior visibilidade sobre cortes nos juros

Por Paula Arend Laier

SÃO PAULO (Reuters) - Estrategistas do Itaú BBA encontraram investidores internacionais mais otimistas do que previam em evento mais cedo neste mês, argumentando que os preços no Brasil parecem atrativos em relação a outros mercados emergentes e que a bolsa brasileira provavelmente terá um bom desempenho quando houver maior visibilidade sobre cortes na taxa básica de juros.

Muitos acreditam que o Banco Central começará a cortar os juros mais cedo do que o cenário base presumido pela equipe macro do Itaú BBA no quarto trimestre, afirmaram Marcelo Sá, Matheus B. Marques e Victor Cunha, após a Itaú BBA CEO Conference, realizada em Nova York de 9 a 11 de maio. O evento contou com presença de 501 investidores institucionais, sendo 70% estrangeiros, segundo o banco.

Nós também sentimos um melhor humor entre os investidores brasileiros, que estavam muito pessimistas antes de nossa conferência, acrescentaram os estrategistas em relatório enviado a clientes nesta quinta-feira, em que discutem os principais pontos abordados no evento.

Desde a conferência, Sá e equipe também observaram uma clara mudança no posicionamento de seus clientes e na demanda de nomes defensivos para ações de beta elevado, de empresas como B3, BTG Pactual, Nubank, Inter, PagSeguro e StoneCo, bem como visão mais cautelosa sobre commodities de modo geral.

Essa rotação já começou, mas acreditamos que está apenas começando e que essa tendência continuará.

Sá e equipe também comentaram sobre a aprovação do novo marco fiscal do Brasil pela Câmara dos Deputados nesta semana, o que eles veem como um evento positivo, eliminando o risco de um quadro fiscal muito pior. Ainda assim, ecoam avaliação dos economistas do Itaú de que nova regra não vai estabilizar a métrica dívida em relação ao **PIB** no curto prazo.

Para isso acontecer, o governo teria que encontrar um volume enorme de receitas extraordinárias. Assumimos algumas receitas extraordinárias em nosso cenário base, e nossas simulações apontam para uma elevação da dívida bruta/**PIB** de 72,9% em 2022 para 87% em 2026, acrescentaram.

De acordo com os estrategistas do Itaú BBA, a **reforma tributária** é a próxima grande pauta do país. Eles avaliam que a mudança envolvendo imposto sobre vendas será difícil de ser aprovada no curto prazo, pois o lobby de vários setores dificultará a fixação de um único IVA para todos. E não aumentará as receitas do governo em termos reais, dado o período de transição.

Na segunda fase da reforma, que trata do imposto de renda e que veem sendo debatida no segundo semestre, avaliam que aí sim as receitas aumentarão, uma vez que acarretará na tributação de dividendos, fim do benefício dos juros sobre o capital próprio, aumento de **impostos** para pessoas físicas endinheiradas e pouca ou nenhuma redução de **impostos** corporativos.

A equipe liderada por Sá também atualizou a sua Lista de compras, incluindo BTG Pactual, Grupo Soma, Localiza, Nubank e Hapvida, enquanto excluiu Assaí, Sabesp, SLC Agrícola, Rumo e Vale.

Os papéis de Equatorial, B3, Suzano, Prio e Mercado Livre completam o portfólio.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/25/itaubba-ve-estrangeiro-mais-otimista-a-espera-de-maior-visibilidade-sobre-cortes-nos-juros.htm>

Governo Lula anuncia corte de impostos para ampliar acesso a carros populares; valor pode cair até 10,79%

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divulgou nesta quinta-feira (25) um plano que busca reduzir o preço dos carros populares novos, durante reunião com empresários do setor industrial.

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) anunciou que a principal medida será a redução de **tributos** para veículos de até R\$ 120 mil, com a redução do IPI e do PIS/Cofins.

As reduções nos preços finais dos veículos vão variar de 1,5% até 10,79%. -os descontos serão maiores para os carros mais baratos, combinados com outros dois fatores, a produção nacional e eficiência energética. O governo ainda vai especificar quantas faixas de redução haverá.

O pacote foi anunciado durante reunião no Palácio do Planalto, com representantes do setor automotivo. Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, foi o responsável pelo desenho do programa.

O vice-presidente afirmou que a redução no valor dos veículos será feita na medida em que atenda três aspectos fundamentais. Um deles é a questão social, beneficiando com descontos maiores os veículos cujo preço é mais acessível para as camadas mais pobres da população.

Além disso, também será fator importante para o cálculo da redução do valor a eficiência energética e a produção nacional.

"Esclarecendo, ela [a redução] vai levar em consideração o social, não vai fazer desconto para carro caríssimo. Segundo: eficiência energética, meio ambiente, carro ecológico, carro que polui menos, menor emissão de CO2. E, terceira, menor densidade industrial", afirmou o vice-presidente, ao deixar o encontro com empresários.

O vice-presidente ainda acrescentou que os carros mais baratos podem começar a serem vendidos por um valor abaixo de R\$ 60 mil. Isso porque, além das reduções tributárias, há a possibilidade de vendas direta da indústria, o que representariam um "desconto

ex-tarifário importante".

Alckmin ainda afirmou que as medidas agora vão ser analisadas pelo Ministério da Fazenda, que vai emitir um parecer, para que então sejam publicados os atos.

"A Fazenda pediu em até 15 dias para ela estabelecer a questão fiscal. Então ficou definido em até 15 dias a Fazenda dará o seu parecer e aí sim se pode efetivamente fazer a medida provisória", completou.

O presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Márcio de Lima Leite, acredita que com as medidas tomadas, o preço do carro mais barato no mercado pode cair para abaixo de R\$ 60 mil.

"O preço cada montadora tem sua política. É muito possível termos preços abaixo de R\$ 60 mil, mas isso é questão de cada montadora", afirmou.

De acordo com ele, as medidas valerão inclusive para veículos já produzidos e que estão nos estoques das companhias.

Agora, o ministério da Fazenda se comprometeu a em 15 dias estudar o impacto das medidas, o que definirá a duração do programa.

"O ministério da Fazenda está fazendo as contas para ver a validade das medidas, se dará por um ano, seis meses, dois meses. O tempo é fundamental para falar tamanho da renúncia. A indústria trabalha com um mínimo de doze meses", apontou Leite.

Os detalhes do plano foram fechados no dia anterior, durante reunião entre Lula, Alckmin e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Haddad, no entanto, já havia alertado que algumas das medidas só entrariam efetivamente em vigor no próximo ano, "em virtude de regras fiscais".

Os altos preços dos carros populares tornaram-se tema frequente de reclamação do presidente Lula. "A fábrica de automóveis não está vendendo bem, mas qual pobre pode comprar um carro popular de R\$ 90

mil?", questionou o mandatário, durante sessão inaugural do Conselho de Desenvolvimento, Econômico e Social, no início do mês.

As conversas para definir as medidas foram feitas diretamente entre o governo e as companhias do setor.

O objetivo do pacote é reduzir os valores iniciais de modelos compactos com motor 1.0 para algo entre R\$ 50 mil e R\$ 60 mil. Hoje, o automóvel mais barato vendido no Brasil é o Renault Kwid na versão Zen, que custa R\$ 69 mil.

Outra medida mencionada por Alckmin, essa valendo para toda a indústria, é uma linha de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de R\$ 4 bilhões para que as indústrias façam empréstimos direto em dólar.

De acordo com o vice-presidente, a modalidade elimina o risco cambial para o tomador do financiamento, que receberá o montante em dólar e pagará na mesma moeda.

Ele disse que algo semelhante foi feito para a agricultura, com R\$ 2 bilhões disponíveis para a modalidade e que esgotaram em 48 horas.

Para o vice-presidente, a indústria é a maior vítima do "manicômio tributário" brasileiro e, por isso, será muito beneficiada pela **reforma tributária**.

"A indústria está super tributada e aí o caminho é a **reforma tributária**. Ela ajudará a exportação, reduzirá custo Brasil, simplificará a questão tributária e diminuirá a judicialização, ajudando a economia como um todo".

Fontes: Anfavea e Fenabrave

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/governo-lula-anuncia-corte-de-impostos-para-ampliar-acesso-a-carros-populares.shtml>

Sistema tributário brasileiro está falido e precisa de uma reforma, diz presidente da Fiesp

São Paulo

O sistema tributário brasileiro está falido e precisa de uma reforma, disse nesta quinta-feira, 25, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, durante abertura do O Dia da Indústria, evento que a entidade patronal da indústria paulista patrocina nesta quinta em São Paulo.

O evento que contou na sua abertura com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, terá ainda na parte vespertina as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entre outras autoridades.

O sistema tributário brasileiro está falido e precisa de uma reforma, disse o presidente da Fiesp.

Ele disse ver com os naturais as desconfianças que giram em torno das propostas de **reforma tributária**. Por isso, disse, o texto que embasará a reforma precisa ser claro e conter tópicos que mitiguem essa desconfiança. Para ele, é importante que toda a sociedade esteja apoiando a **reforma tributária**.

O executivo aproveitou seu momento de fala no evento para reiterar a defesa da Fiesp à adoção de um Imposto sobre Valores Agregados (IVA) Dual pelo sistema tributário reformado, caso a reforma seja aprovada.

IVA Dual é uma espécie de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de modelo dual, com a extinção de apenas cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) no lugar dos nove **tributos** originalmente previstos para substituição por um único IBS. No lugar desse único IBS, a proposta sugere a rigor dois **tributos**, de papel complementar.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/25/sistema-tributario-brasileiro-esta-falido-e-precisa-de-uma-reforma-diz-presidente-da-fiesp.htm>

Sem reforma tributária, não é possível falar em política industrial, diz Bernard Appy

Por João Sorima Neto - São Paulo

Não é possível falar em política industrial com o sistema tributário que o país tem hoje. A avaliação é do secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, que disse que empresários do setor têm atualmente uma 'bola de aço' amarrada aos pés.

- Não dá para fazer política industrial com o sistema tributário que temos hoje, que é contra a competitividade e o investimento - afirmou Appy durante sua participação no evento do Dia da Indústria, realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

No seminário, estão sendo discutidos temas como a nova política industrial, a **reforma tributária** para o crescimento econômico e a desindustrialização, entre outros.

Appy rebateu as críticas de que a **reforma tributária** que está sendo proposta tende a beneficiar somente a indústria, prejudicando o setor de serviços com um imposto único (Imposto sobre Valor Agregado) na tributação de bens e serviços e consumo.

- A **reforma tributária** não é para favorecer a indústria e prejudicar outros setores. Estudos mostram que todos os setores da economia serão beneficiados, inclusive de prestação de serviços para o consumidor final, que em princípio, seria o mais prejudicado - disse.

Appy afirmou que indústria de transformação será beneficiada pela simplificação do sistema tributário porque hoje é o setor mais prejudicado, com perda de competitividade e é mais onerado pela complexidade dos **impostos** no Brasil.

Ele disse que com certeza, o sistema tributário no Brasil é o pior do mundo e que a reforma que trará a não cumulatividade dos **impostos**, tributação no destino, fim da chamada guerra fiscal para atrair indústria vai trazer o Brasil para o padrão internacional, reduzindo litígios e burocracia tributária.

Appy disse que já há apoio dos pequenos municípios para a reforma, que são muitos fortes, e que entre os estados ainda há pontos sendo discutidos, por exemplo, dos benefícios fiscais que estão validados

até 2032.

Mas esses pontos já estão no foco dos parlamentares e do ministério da Fazenda. Entre os grandes municípios, alguns já estão apoiando a reforma. Ele disse que acredita que será possível construir maioria necessária para aprovação da reforma no Congresso.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/sem-reforma-tributaria-nao-e-possivel-falar-em-politica-industrial-diz-bernard-appy.ghtml>

Dia Livre de Impostos: lojistas chamam atenção sobre carga tributária

Para chamar atenção dos consumidores sobre a carga tributária paga no país, cerca de 50 mil lojistas realizam nesta quinta-feira (25) o Dia Livre de **Impostos**.

Entre os participantes, alguns postos de combustíveis vão ofertar gasolina com valor cerca de 20% mais baixo, mas há descontos que podem chegar a 70% do preço final do produto.

A mobilização da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas e da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovens tem o objetivo de chamar a atenção do quanto o brasileiro contribui em **impostos** cada vez que consome um produto ou **serviço**.

Thiago Luz, coordenador do curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Brasília, lembra que uma mudança na legislação obriga a emissão de notas fiscais com detalhamento dos **tributos** pagos pelo consumidor.

Apesar desse detalhamento disponível nos cupons fiscais, muitos brasileiros não têm ideia de que os **tributos** consomem cerca de 35% dos salários da maioria da população, segundo estudos.

Raphael Paganini, coordenador nacional da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem afirma que do lado dos empresários, a campanha ainda é uma forma de chamar atenção para urgência da **reforma tributária**.

Segundo os organizadores do Dia Livre de **Impostos**, mais de 1.200 cidades brasileiras participam da ação.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-05/dia-livre-de-impostos-lojistas-chamam-atencao-sobre-carga-tributaria>

Arcabouço é bem recebido, mas exterior limita ganhos

Por Gabriel Roca, Matheus Prado, Arthur Cagliari e Augusto Decker - De São Paulo

25/05/2023 05h03 Atualizado 25/05/2023

A aprovação do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados deu espaço para que os mercados de câmbio e juros ampliassem movimento de retirada de prêmios de risco na sessão de ontem. Já o Ibovespa, mais sensível a dinâmicas externas durante o dia, recuou.

De um lado, na China, os indicadores econômicos seguem surpreendendo negativamente. E do outro, nos EUA, persistem dúvidas sobre por quanto tempo o Federal Reserve (Fed) manterá os juros na casa de 5%, restringindo o crédito global, e em torno das negociações de extensão do teto da dívida.

No fim do dia, o dólar teve queda de 0,36%, a R\$ 4,9534, enquanto a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 passou de 13,295% para 13,265%; e o DI para janeiro de 2027 caiu de 11,195% para 11,14%. O Ibovespa, por outro lado, cedeu 1,03%, aos 108.800 pontos, pressionado pelo recuo de 2,27% das ações ordinárias da Vale.

2 de 2

Com o apoio de 372 deputados, o texto-base do novo marco fiscal foi aprovado na Câmara na noite de terça-feira, o que foi bem recebido pelo mercado. Agentes avaliaram como mais dura a proposta aprovada pelos deputados, embora economistas alertem para a continuidade de manobras para gastos maiores no curto prazo.

Para o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, a melhora do cenário local foi uma resposta não só à leitura de que o texto da proposta saiu mais ajustado do que entrou, mas também ao fato de preparar a Câmara para dar continuidade à pauta econômica.

"A consequência imediata disso é que se abre espaço para a discussão da **reforma tributária**", diz. "Se o investidor perceber que finalmente teremos uma **reforma tributária**, poderemos ter uma mudança na avaliação do risco Brasil, da moeda e da taxa de juros de longo prazo." Oliveira chama atenção, ainda, para o

movimento de menor volatilidade da moeda brasileira recentemente. "Isso pode explicar também por que ruídos domésticos têm afetado menos a nossa taxa de câmbio", afirma.

Já a economista-chefe da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro, concorda com a avaliação do Banco Central de que a aprovação da matéria não possui uma relação mecânica com a política monetária. É preciso, diz, esperar que os agentes assimilem a aprovação da proposta final e passem a revisar suas projeções fiscais, o que também demandaria que o governo consiga cumprir suas metas de arrecadação previstas na proposta.

"Se você observar, a desancoragem das expectativas já havia começado no ano passado, com a perspectiva de uma política fiscal mais frouxa. Se o arcabouço fiscal for interpretado como crível, isso deve ajudar as expectativas de **inflação** a melhorarem também", diz.

Apesar disso, a Galapagos mantém seu cenário de início do ciclo de cortes de juros no mês de setembro. Segundo a economista, a **inflação** de alimentos deve perder força com fatores positivos para a safra; a deflação dos preços no atacado deve ser repassada para o varejo em alguma magnitude; a queda nos combustíveis deve manter o índice cheio em níveis mais baixos; e os efeitos defasados da política monetária devem continuar, ainda que lentamente, provocando uma queda na **inflação** de serviços.

" Em setembro, acredito que já haveria tempo para uma maturação de todos esses fatores, o que deveria levar a uma **inflação** mais baixa e com núcleos comportados. Ao mesmo tempo, em setembro, o ano de 2025 começa a fazer parte do horizonte relevante do Banco Central, o que também deve ajudar no início dos cortes", afirma.

A despeito da performance positiva dos demais mercados, a bolsa operou no vermelho desde os primeiros negócios do dia, pressionada pelo mau humor do investidor internacional. Agentes seguem preocupados com o impasse entre republicanos e democratas sobre a revisão do teto da dívida americana, com o ciclo de aperto do Fed e com a performance das commodities metálicas na China.

"Este impasse em torno do teto da dívida dos EUA

parece restrito ao curto prazo, mas deixa o mercado mais cauteloso. O Fed também indica estar próximo do fim do ciclo de aperto, o que reduz as possibilidades de uma recessão mais forte", diz Priscila Araújo, gestora de renda variável da O3 Capital. "A China, por outro lado, está patinando em termos industriais e parece caminhar para um cenário de médio prazo desafiador", diz.

A executiva espera, então, que as ações ligadas à economia local sigam performando melhor que as exportadoras à frente, reduzindo o "gap" que foi criado nos últimos anos, quando os papéis de commodities se destacaram. "Se o cenário global ficar estável, a bolsa tem espaço para andar", afirma. "Acredito que estamos no início de um ciclo positivo, já que o 'valuation' dos ativos está descontado e tivemos a resolução de incertezas."

Entre as maiores oscilações do dia, os frigoríficos estenderam perdas em meio ao surgimento de casos suspeitos de gripe aviária no Brasil. BRF ON recuou 5,55%, JBS ON caiu 4,89% e Minerva ON cedeu 4,23%. Petrobras ON e PN avançaram 1,09% e 1,52%, respectivamente, em linha com os ganhos do petróleo Brent em Londres.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Arcabouço é bem recebido, mas exterior limita ganhos

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/05/25/arcabouco-e-bem-recebido-mas-externo-limita-ganhos-1.ghtml>

O acordo que selou o arcabouço fiscal

Por Maria Cristina Fernandes

Quando o quórum se completou, às 11h da última terça-feira, na casa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na ponta que avança sobre o Lago Sul conhecida por Península dos Ministros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda dormia. Havia chegado às 4h30 de Hiroshima. No início da tarde, um ministro com assento no Palácio do Planalto brincava: "A gente só está tranquilo aqui porque ele ainda está dormindo".

Quando a reunião/almoço na casa de Pacheco acabou, quatro horas depois, Lula já estava reunido no Alvorada com seus quatro ministros palacianos para traçar o plano de voo para junho, o primeiro mês, desde a posse, em que não vai sair do Brasil.

Enquanto o presidente ainda escolhia os instrumentos com os quais pretende navegar, o deputado Elmar Nascimento (União-BA) tomava a palavra na Península dos Ministros e, se dirigindo ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que compareceu ao lado do seu secretário-executivo, Gabriel Galípolo, fez a fala mais incisiva do encontro: "Não há espaço algum para retroceder na Eletrobras, no marco legal do saneamento e na autonomia do Banco Central".

O deputado, o preferido do atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para sua sucessão, recorrera ao ex-ministro das Comunicações do governo Jair Bolsonaro, Fabio Faria, hoje diretor de Relações Institucionais do BTG, para arregimentar o **PIB** do evento.

Como antecipado por Adriana Fernandes e Mariana Carneiro, foi um quórum nada desprezível reunido à luz do dia: Rubens Menin (MRV), André Esteves (BTG), Rubens Ometto (Cosan), Flavio Rocha (Riachuelo), Josué Gomes (Fiesp), Carlos Sanchez (EMS), Lucas Kallas (Cedro), João Camargo (Esfera), Ricardo Faria (Granja Faria), Benjamin Steinbruch (CSN), Isaac Sidney (Febraban) e Rodrigo Maia (CNF).

Pelo menos dois dos presentes saíram com a impressão de que a precedência da Eletrobras na fala do deputado, que foi relator da medida provisória na Câmara, não foi retórica. O deputado sonha em repetir o quórum daquela MP - e o apoio de setores como o capitaneado pela CS Participações - para sedimentar sua candidatura à sucessão de Lira.

A contundência do deputado na defesa da MP da Eletrobras coincide com um momento em que dirigentes da empresa já começam a procurar interlocutores no governo para saber com quantos assentos no Conselho a demanda de retomada de direitos políticos da União seria satisfeita.

A fala de Elmar Nascimento evocou apenas o mais explícito, mas não o único compromisso no qual se alinhavou a votação daquela noite. Cinco horas depois, o arcabouço fiscal arrancaria 372 votos. Foram 115 votos a mais do que precisava. Muito mais do que Haddad previa e até do que mudança constitucional exige (308).

O exagero não foi apenas de votos, mas de compromissos. A paz entre o anfitrião e Lira foi sacramentada pelo acordo de que o Senado não afrouxaria aquilo que a Câmara aprovaria naquela noite. Poucos embates inquietam tanto os deputados quando a perspectiva de sair, aos olhos do governo, como mais muquiranas do que os senadores. Nesta disputa, quem se aproxima mais dos desejos do Executivo se coloca à frente como credor.

É esta, no fundo, a grande questão que move o insepulto debate sobre a tramitação das medidas provisórias. Quem fala por último tem a oportunidade de negociar mais prebendas. Quando o encontro daquela terça foi planejado, havia rumores de que os senadores pretendiam engordar as margens que os deputados concederiam ao Executivo. Daí porque as duas Casas precisavam acertar os ponteiros. E tudo indica que o fizeram.

Mas os presentes acertaram mais que os ponteiros. Ao prestigiarem Haddad, os comensais da Península dos Ministros quiseram alvejar os ministros palacianos, um deles, o da Casa Civil, Rui Costa. Baiano como Elmar Nascimento, Costa o irritou ao tapar o nariz para falar da tramitação da MP da Eletrobras.

O ministro da Fazenda tem sido hábil na lida parlamentar, mas são os colegas palacianos que alocam os cargos, liberam emendas e colocam, na mesa de Lula, aquilo que precisa da rubrica presidencial. É natural que, neste início de governo, acumulem mais desgaste do que Haddad, que navega na margem orçamentária de razoável conforto da PEC da Transição.

Isso até a entrada em vigor do arcabouço, quando o Tesouro precisará revirar os colchões da República

para zerar o déficit até 2024. Último a sair da casa de Pacheco, Haddad contou como tem batido à porta dos ministros dos tribunais superiores para reverter o rombo no fisco.

[que-selou-o-arcabouco-fiscal.ghtml](#)

Na longa lista encarada pelo ministro (voto de qualidade no **Carf**, tributação de offshores, revisão da base de cálculo do ICMS, a revisão da base de cálculo de imposto de empresas nacionais que transacionam com o exterior, taxação de apostas eletrônicas e tributação das big techs, ufa!) está claro que a sanha é para arrecadar quando os comensais, que acabarão atingidos por uma ou outra medida, gostariam mesmo era de saber onde ele vai cortar.

Enquanto o encontro na casa de Pacheco rolava, 24 senadores se reuniam em torno do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), para o almoço semanal da bancada. É um grupo que, ao contrário de legislaturas passadas, mantém a fidelidade de 25% do eleitorado que acha este governo ruim ou péssimo, dois terços dos quais os colocam na pior das classificações.

Naquele grupo de senadores, o arcabouço não angaria votos. Ex-ministro do governo Jair Bolsonaro, Marinho é ainda mais azedo com a reversão das reformas. Vê agressão à segurança jurídica em todo canto e diz que a necessidade de receitas trazida pelo marco fiscal ultrapassará a listinha de Haddad, invadirá a **reforma tributária** e pressionará pelo corte de subsídios sem que se tenha dito quais.

Está claro que é na etapa seguinte, a da **reforma tributária**, que o sarrafo vai subir. Os comensais que aplaudiram Haddad não aceitarão pagar a conta. Até lá o governo terá que acalmar o MDB, que ficou de fora do acordo do Lago Sul. A insatisfação não ameaça o arcabouço no Senado. Os rebeldes apenas se mostram desapegados da CPI do 8/1, sinal de normalidade a caminho.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

Tudo sobre uma empresa

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
O acordo que selou o arcabouço fiscal

Site: <https://valor.globo.com/politica/coluna/o-acordo->

Arcabouço fiscal é considerado "frouxo" e insegurança tributária preocupa

Daniel Haidar

Parte do governo Lula comemora a aprovação na Câmara dos Deputados do novo arcabouço fiscal formulado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas especialistas entrevistados pela coluna manifestam desconfiança na capacidade dessa nova política econômica de turbinar o crescimento do país. Isso porque, em suma, o novo arcabouço fiscal pretende estimular a economia com a elevação da arrecadação tributária .

Com o arcabouço aprovado na Câmara na noite de terça-feira, 23, o governo pretende viabilizar essa melhora na arrecadação com regras supostamente mais confiáveis ao controle da **inflação** e da dívida pública, para, desse jeito, estimular investimentos. Isso tudo enquanto aposta também em obter mais receitas com a aprovação de uma **reforma tributária** e com decisões favoráveis ao governo em litígios tributários bilionários nos tribunais superiores. O problema é que especialistas questionam a credibilidade dos cálculos do governo nesses quesitos.

"O arcabouço fiscal não faz nenhum ajuste pelos gastos públicos. Tudo depende de mais arrecadação. Há aspectos positivos, mas tem um monte de coisa ruim, o que deixa o arcabouço frouxo. Mesmo com o Judiciário ajudando o governo, o potencial de arrecadação é bem menor do que sugerem. O mercado não compra à valor de face esse ganho citado de arrecadação", afirma o economista Gabriel Leal de Barros, sócio da gestora Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Leal de Barros cita como exemplo de desconfiança a projeção do governo de faturar R\$ 90 bilhões com uma vitória recente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que impediu empresas de abater benefícios fiscais do pagamento de Imposto de Renda (IR) e de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Embora a vitória judicial, de fato, ajude a viabilizar o novo arcabouço fiscal, Leal de Barros calcula que a medida pode render, no melhor cenário, cerca de R\$ 40 bilhões ao governo federal, menos da metade da projeção governamental.

De todo jeito, nesse tipo de litígio tributário em tribunais superiores, até decisões favoráveis ao governo podem sofrer recursos e o pagamento do

tributo devido pode nem entrar no cofre público no mesmo ano da vitória jurídica.

Outro fator de insegurança é o impacto desses novos entendimentos judiciais para a atividade empresarial. Há receio de cortes de investimentos e demissões no caso de novas despesas com **tributos**, que ainda não foram separadas no caixa das **empresas**.

"O Judiciário está mudando a jurisprudência, motivado por questões fiscais para ajudar o governo. Isso produz insegurança jurídica", critica Leal de Barros.

A dificuldade de arrecadação do governo federal é provocada não só por desafios brasileiros como o alto endividamento privado, mas também pela dificuldade em atrair investimentos internacionais devido à desaceleração da economia global depois da pandemia e da invasão da Ucrânia pela Rússia. Tudo isso foi agravado pelo rombo fiscal deixado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

"Haddad ficou com uma missão realmente difícil de equilibrar todas essas contas", avalia o advogado Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper.

Vasconcelos também expressa preocupação com o julgamento de disputas tributárias em tribunais superiores. Magistrados costumam se sensibilizar à perda de arrecadação e o governo Lula está empenhado em influenciar julgamentos com apelos nos bastidores. O receio é que necessidades financeiras do governo se sobreponham a decisões justas para contribuintes.

"É importante que esses casos sejam julgados do ponto de vista jurídico. Argumentos de impactos financeiros na arrecadação podem estar criando uma névoa na análise jurídica, fazendo argumentos financeiros prevalecerem sobre argumentos jurídicos. Aí é o Direito sucumbindo às questões financeiras", pondera o advogado.

Mesmo com eventuais vitórias do governo em disputas tributárias na Justiça, com tantos desafios internacionais e domésticos, há preocupação sobre a real capacidade de estímulo econômico do arcabouço fiscal de Haddad.

"Olhando para a literatura econômica, a gente aprendeu que ajuste fiscal baseado em arrecadação entrega um potencial menor de Produto Interno Bruto (**PIB**), com mais carga tributária e mais **inflação**. E o que está sendo proposto é exatamente isso", critica Leal de Barros.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/daniel-haidar/arcabouco-fiscal-e-considerado-frouxo-e-inseguranca-tributaria-preocupa,b0ee727161ac6d64d3c6991f48d83ffdcipu0q0b.html>

Quais os prós e contras do arcabouço fiscal aprovado na Câmara? Cinco economistas respondem

Por Cássia Almeida e João Sorima Neto - Rio e São Paulo

Impede o descontrole fiscal, acalma o mercado financeiro e estabelece controles para cumprir as metas de resultado primário, mas tem regras complexas, que enrijecem ainda mais o Orçamento. Essa é a avaliação de cinco economistas ouvidos pelo GLOBO sobre o texto final do novo arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas que vai substituir o teto de gastos. O texto foi aprovado ontem na Câmara e agora vai para a apreciação do Senado.

Segundo o cálculo da economista Vilma Pinto, diretora do Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, a parcela das despesas obrigatórias sobe de 90,5% para 93,3% com a fixação de um piso para os investimentos, despesa que antes não era obrigatória:

- Esse é um dos pontos que venho destacando desde o projeto original do Executivo. O FMI (Fundo Monetário Internacional) defende piso para proteger os investimentos. Tudo bem, mas nosso Orçamento é extremamente rígido e estamos criando mais um piso.

Ela calcula que o gasto vai crescer R\$ 42,2 bilhões em 2025 e ainda faz as contas para o valor de 2024. A complexidade da regra para expansão de despesas em 2024 é criticada por Vilma e pelo pesquisador da FGV Fabio Giambiagi, que diz que o texto "foi escrito em javanês" e é pouco transparente.

O ex-presidente do BNDES Luiz Carlos Mendonça de Barros avalia que o arcabouço será capaz de aliviar as tensões do mercado, e Alessandra Ribeiro, sócia da consultoria Tendências, considera o projeto suficiente para impedir o descontrole fiscal. Mas a economista Zeina Latif alerta que a política fiscal é muito dependente do aumento de receitas.

Veja a seguir a visão dos cinco economistas:

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria

O texto aponta para expansão dos gastos. É uma regra que permite aumento de gastos em termos reais

(acima da **inflação**). O ponto positivo é que a regra trouxe os limites de 0,6% e 2,5% para o crescimento das despesas, atrelados ao crescimento das receitas.

Isso ajuda a reduzir os riscos de sustentabilidade das contas públicas. O crescimento médio real das despesas antes do teto de gastos (correção somente pela **inflação** instituído em 2015) era de 6% em termos reais. Ter um limite de 2,5% é bastante positivo.

Mas, quando pensamos nas metas de resultado primário (receita menos despesa antes do pagamento dos juros da dívida pública) apresentadas pelo governo, a avaliação é que elas são difíceis de serem perseguidas.

Para conseguir cumpri-las, o país vai depender de um aumento de receitas importante. Em tópicos que não são nada triviais de serem conseguidos. Ou seja, vamos ter déficit até 2026 e 2027, com aumento da dívida que vai atingir cerca de 90% do **PIB** em 2031. A partir daí, começa a cair muito gradualmente.

A Câmara melhorou a regra ao incluir Fundeb, piso da enfermagem e capitalização das estatais na regra. Outra coisa foi a volta das avaliações bimestrais (das receitas e despesas) e do contingenciamento.

O que o arcabouço traz de bom é a estabilidade macroeconômica ao reduzir o risco de insustentabilidade das contas públicas. E isso já é uma tremenda ajuda para andar com outras agendas com potencial maior de atrair investimentos. Em termos de agenda de reformas prioritárias, o governo colocou a tributária como o próximo passo. E parece que ela tem maior chance de aprovação do que se esperava.

Fabio Giambiagi, economista, pesquisador da FGV e colunista do GLOBO

Perdeu-se a oportunidade de fazer uma coisa maior, há muita opacidade e dúvidas no arcabouço, ainda que se configure um quadro melhor do que aquele que existia antes do encaminhamento do projeto. A resposta sobre qual vai ser o limite para gasto no ano que vem é difícilíssima.

Vai ser afetado pela **inflação** até junho, depois tem um crédito suplementar para a diferença da **inflação** de junho até o fim do ano, e se a projeção de receita prevista foi maior, pode corrigir. É um texto escrito em javanês. Perde-se a chance de ter uma discussão madura e séria sobre efetivamente fazer restrições.

Não significa que a regra futura não possa ser razoável, mas o ponto de largada é muito ruim, com um teto gelatinoso. Na prática vamos ter um crescimento do gasto enorme, tudo indica que poderá chegar a 2,5% de aumento mais a diferença entre a **inflação** deste ano de 6% e a média de 5% em 2024 (o limite permitido para o gasto vai ser corrigido por uma **inflação** maior que a de 2024).

Mas o arcabouço dá os elementos para que o Banco Central possa iniciar lentamente um processo de redução de juros, a partir de agosto ou setembro. Comparativamente a quem temia o pior num governo do PT, o juro longo caiu de 6,3% para 5,9%.

Há espaço para cair, mas não vejo algo que permita trazer novamente o juro de longo prazo para o nível que estava antes da pandemia. Honestamente me parece difícil ter de novo juro de 3,5% em títulos de 30 anos.

Já em 2026, vai ter uma restrição fiscal mais séria, a partir de um gasto inchado (nos anos anteriores), e pode haver tentação política de jogar o limite para cima no ano eleitoral.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES

Avalio como positiva a aprovação do arcabouço fiscal. Do ponto de vista técnico, tem uma base boa e será capaz de aliviar as tensões do mercado financeiro. Mas a Faria Lima vai acompanhar se o governo Lula 3 conseguirá operar dentro dos limites de gastos estabelecidos pelo arcabouço.

Sabemos que o PT é sempre por mais gastos, e a estrutura aprovada - com limites - não cabe no pensamento petista. Mas numa democracia é assim que funciona.

Cumprir as regras vai depender do dia a dia da gestão, mas o ministro Fernando Haddad (da Fazenda) mostrou que tem credibilidade. Ele ganha mais fôlego para levar adiante a próxima reforma importante, que é a tributária. Não será a ideal, mas a possível, certamente melhor do que o cenário tributário que temos hoje.

O arcabouço provocou críticas de economistas mais

fiscalistas, que acharam as regras frágeis. Claro que há margem para que ocorram divergências sobre as regras fiscais, mas o que foi aprovado tem consistência para equilibrar as contas.

A despeito de algumas posições extremadas de economistas em relação à dívida pública, hoje há uma dívida em relação ao **PIB** que fechou 2022 em 73,5%, mesmo depois da expansão fiscal de 10% na pandemia. E a economia brasileira está crescendo.

A aprovação melhora as expectativas em relação ao país. Hoje, o real se valoriza e está valendo R\$ 4,95 em relação ao dólar porque o arcabouço sinaliza que há um esforço para contenção dos gastos.

Também é uma oportunidade para que o Banco Central aproveite o momento de "paz" e comece a baixar os juros. As mudanças propostas pelos deputados não alteraram a essência.

Vilma Pinto, diretora do Instituto Fiscal Independente (IFI)

Calculamos que o gasto público vai crescer R\$ 42,2 bilhões em 2025, mas ainda estamos fazendo as contas para saber quanto vai subir o limite de despesa no ano que vem. Em linhas gerais, a regra é muito complexa e vai depender muito das receitas. As boas práticas recomendam que sejam simples, para comunicar melhor, dar transparência para poder acompanhar o cumprimento dela.

Podemos observar algumas melhorias como citar explicitamente a preocupação com a sustentabilidade da dívida, já que não fazia menção no projeto do Executivo, e a redução das exceções. No teto de gastos (regra que prevalece hoje e limita o crescimento das despesas à **inflação**), as exceções com o tempo começaram a crescer.

A rigidez da gestão pública aumentou. A parcela das despesas obrigatórias sobe de 90,5% para 93,3% do Orçamento com a fixação de um piso para os investimentos, despesa que antes não era obrigatória. Esse é um dos pontos que venho destacando desde o projeto original do Executivo.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) defende piso para proteger os investimentos. Tudo bem, mas nosso Orçamento é extremamente rígido e estamos criando mais um piso. Temos piso para saúde, educação, assistência. Quando tudo é prioridade, não se consegue priorizar nada de forma adequada.

Não consigo enxergar risco maior de descumprimento das metas antes de 2027 por conta do vencimento dos precatórios (dívidas da União), mas são metas que

dependem de receitas, o que é uma incógnita ainda. Há dificuldade de ver e de projetar o potencial que está sendo divulgado. Ainda são receitas incertas.

Zeina Latif, economista e sócia da Gibraltar Consulting

O substitutivo não mudou muito a natureza do foi proposto pelo Executivo, abrindo um pouco mais de espaço para o gasto público com aumento de imposto. Mas não é algo que se enxergue, de fato, que vai levar a superávit nas contas públicas e estabilização da dívida em relação ao **PIB**.

Se, por um lado, evita cenários extremos de descontrole fiscal, com algum compromisso do governo, não ajuda a ter juros estruturalmente mais baixos no país.

A Câmara reagiu a críticas de analistas e recuperou a obrigação de contingenciamento (bloqueio de gastos em caso de risco de descumprimento de metas) e retirou algumas coisas da lista de despesas que estavam fora da regra. Mas é um texto muito complexo, que dificulta estimar as variáveis fiscais no curto prazo, principalmente em 2024, que tem uma licença grande para gasto.

Mas ninguém fala de reforma estrutural para conter despesas obrigatórias, não há uma agenda de estabilização da dívida pública, isso não existe.

Ficamos discutindo como vai ser o impacto na regra, desde coisas menores, como mecanismos do arcabouço, até a capacidade de aumentar a receita tributária. Taxação de investimento no exterior se reconhece que é necessária, mas outras questões não são fáceis de prosperar.

Após o arcabouço, na ordem teria que vir a **reforma tributária**, ainda que não envolva aumento de arrecadação, vai mexer com muitos grupos. Uma preocupação é o fato de o arcabouço depender de aumento de arrecadação, o timing não é bom para isso. O ideal era entrar na **reforma tributária** sem essa sombra de aumento de carga.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/quais-os-pros-e-contras-do-arcabouco-fiscal-aprovado-na-camara-cinco-economistas-respondem.ghtml>

Trajetória da arrecadação é que dirá se arcabouço é rígido ou frouxo demais

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

O NAF (Novo Arcabouço Fiscal), aprovado por ampla maioria, na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (24), mereceu avaliações antípodas de economistas mais à direita e mais à esquerda do espectro político. A conclusão que se pode tirar, conhecidas as visões antagônicas sobre o mesmo conjunto de medidas, é a de que, além do nome horrível que ganhou, a nova regra de controle das contas públicas é boa, dentro das circunstâncias e do possível.

Economistas mais à direita classificaram como frouxa a nova regra de controle das contas públicas, cujo texto básico foi aprovado, por ampla maioria, na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (23). Segundo eles, o arcabouço fiscal do governo Lula não conseguirá os superávits necessários para conter o avanço da dívida pública e estabilizar a economia.

Já economistas mais à esquerda consideram que a norma aprovada é rígida demais. Para eles, os limites e restrições **impostos** no novo arcabouço o aproximam do teto de gastos dos governos **Temer** e **Bolsonaro**, condenando a área social a conviver com recursos insuficientes, e fazendo Lula correr o risco de fraudar a promessa de incluir o pobre no Orçamento .

A verdade é que não será possível saber de fato se o arcabouço resultará numa coisa ou na outra até que seja aprovada a **reforma tributária** e, mesmo antes de a reforma produzir efeitos, se o governo conseguirá aumentar o volume de receitas públicas, com o prometido corte nos muitos privilégios tributários vigentes. Isso porque o espaço para gastos na nova regra é dependente da receita pública. O NAF, em resumo, atrela, com limites e dentro de um intervalo, o espaço para aumento dos gastos públicos à ampliação da arrecadação.

Analistas mais à esquerda estão comparando a nova regra ao teto de gastos inventado por economistas no governo **Temer** e demolido, à guisa de mantê-lo, pelo então ministro da Economia Paulo Guedes , no governo **Bolsonaro**. Mas, embora o novo arcabouço imponha um teto de gastos, as restrições que determinam o teto são completamente diferentes. Veja aqui as diferenças:

Pela nova regra, o crescimento das receitas públicas determinará o espaço para os gastos, desde que obedecido um intervalo - 0,6% acima da variação da **inflação** , se a receita for baixa, e 2,5% acima da **inflação**, se a receita for alta.

Além disso, parte dos eventuais superávits fiscais poderão ser usadas na ampliação dos investimentos públicos, ainda que também com a limitação de um teto. O controle da dívida pública será dado pelo resultado das contas públicas, uma vez que são previstas metas anuais de superávit fiscal, dentro de bandas.

Na regra do teto de gastos, as despesas públicas eram corrigidas apenas pela **inflação** do ano anterior - não importava o volume de receitas. De acordo com a regra, os gastos públicos não poderiam ter aumento real por 20 anos. Os aumentos de receitas, por crescimento da economia, criação de **impostos** e mudanças de alíquota ou maior eficiência na cobrança de **tributos**, deveriam ser aplicados na redução da dívida pública.

Encurtando a história, o teto de gastos era mais uma manifestação do surto neoliberal que tomou conta do governo **Temer**, cujo objetivo principal era reduzir o tamanho do Estado. Na prática, a ideia era reduzir os programas sociais e abrir espaço para que o setor privado eventualmente assumisse pelo menos parte das obrigações do governo - em português claro, tirar o pobre do Orçamento.

Não é o caso do novo arcabouço. Mudanças introduzidas pelo relator do projeto na Câmara, deputado Claudio Cajado (PP-BA) tornaram a norma de controle fiscal mais rígida - O Fundeb, por exemplo, que estava fora da regra na versão original do governo, foi incluído nos limites, assim como a possibilidade de reduzir investimentos para acomodar despesas. Mas as alterações não chegaram ao ponto de inviabilizar a ação social mais ativa do governo. Tudo vai depender dos próximos passos da política fiscal.

Há escapes para contingenciamentos de gastos, no caso de não cumprimento de metas. Apesar de prever gatilhos e punições quando as metas não forem cumpridas, o governante não será criminalizado com risco de perda do mandato.

O problema de amarrar o espaço para os gastos públicos às receitas é que, diferentemente do que ocorre com as despesas, o governo não detém o controle da arrecadação pública. Os aumentos de receitas públicas são basicamente dependentes do crescimento da economia, um fator no qual o governo pode influir, mas não determinar.

Daí a importância da **reforma tributária**. Se a simplificação e a reorganização dos **tributos** for bem sucedida, abrem-se perspectivas para ganhos de produtividade e maior crescimento econômico. Há ainda a parte da reforma do Imposto de Renda, cuja meta é fazer contribuir quem dribla o fisco ou contribui menos do que deveria e poderia. No fim desse roteiro complexo, as receitas públicas tenderiam a crescer mais.

Antes de a reforma produzir os esperados efeitos positivos na produção, a caça aos privilégios tributários terá papel de relevo na guerra do equilíbrio das contas públicas sem exclusão social. Nas contas do próprio governo, a soma de isenções, desonerações e sonegação chega a R\$ 600 bilhões por ano. Transformar, a cada ano, um quarto desse montante que escapa das contas públicas - equivalente a R\$ 150 bilhões - em receitas ativas é a cruzada que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu empreender.

O caminho é longo para se saber se o novo arcabouço fiscal vai funcionar ou não.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2023/05/25/criticado-a-direita-e-a-esquerda-arcabouco-depende-do-aumento-de-receitas.htm>

Governadores apoiam reforma tributária mas temem perder receita

Victor Correia

Embora concordem com a necessidade da **reforma tributária**, os governadores mostram preocupação com a falta de definição de um texto inicial e com o curto prazo para apreciação da matéria, já que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a proposta ainda no primeiro semestre. Os representantes do Centro-Oeste, além disso, acenderam o alerta para uma queda na arrecadação.

A reforma entrou no horizonte próximo do Legislativo após a aprovação do novo marco fiscal na Câmara, na última terça-feira (23/5). Para discutir o tema, os governadores se reuniram, nesta quarta-feira (24/5), em Brasília, num encontro capitaneado pelo líder do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Estiveram presentes 24 governadores - outros três mandaram representantes. Também compareceram o secretário especial da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o relator da matéria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-BA), e o presidente do GT da reforma, Reginaldo Lopes (PT-MG).

Todos os governadores apoiam a reforma, mas querem ver o texto, que ainda não foi elaborado. Então, todos estão muito inseguros. Mas há um ambiente para que a gente possa ter apoio majoritário para a reforma, afirmou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

Os parlamentares disseram que uma minuta inicial deve ser apresentada no começo de junho. Entre as preocupações dos governadores estão o financiamento do Fundo de Desenvolvimento Regional, mecanismos de compensação para estados menores, e o desenho das alíquotas. Também é preciso definir o modelo do Imposto de Valor Agregado (IVA), se vai ser simples ou dual.

Outro ponto sensível é a manutenção da Zona Franca de Manaus. O governador do Amazonas, Wilson Lima (União), lembrou que o governo prometeu que nada muda, mas ressaltou que ainda precisa ser apresentado o mecanismo que permitirá a manutenção da Zona Franca.

Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul, destacou que o histórico da relação entre a União e os

estados não é bom, com repasses de gastos e perdas de arrecadação. Como outros governadores, ele teme uma votação apressada no Legislativo. Estamos na expectativa de ter a oportunidade de trabalhar o texto, para evitar algo que pode ir contra o interesse dos estados, frisou.

Centro-Oeste

O Centro-Oeste foi a região mais vocal contra a proposta. Os três estados avaliam que podem ter uma grande perda de arrecadação com a unificação de **impostos**, especialmente o ICMS, principal fonte de receita estadual. Segundo Mauro Mendes (União), do Mato Grosso, dados divulgados por Bernard Appy mostram que, nos próximos 20 a 40 anos, cinco estados serão super ganhadores com a reforma, e cinco grandes perdedores - incluindo o três da região.

Para Mendes, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás representam parcela considerável das exportações, especialmente do agronegócio, e precisam de investimentos em infraestrutura e logística. O Centro-Oeste vai ter que debater com muita clareza, e encontrar soluções junto ao Congresso Nacional, frisou. Ele disse, porém, que concorda em conceito com a reforma, em temas como a simplificação de **tributos**.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), criticou pesadamente a proposta. Segundo ele, os chefes dos estados não podem ser apenas ordenadores de despesas, distribuindo recursos recebidos da União, e frisou que o governo não pode dissolver a Federação em prol da reforma. Demonizar o ICMS não resolve o problema do Brasil, afirmou Caiado. Segundo ele, enquanto não houver um detalhamento maior e medidas para compensar a perda de arrecadação nos estados, Goiás é contra a reforma.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5097005-governadores-apoiam-reforma-tributaria-mas-temem-perder-receita.html>

Câmara conclui votação de emendas e arcabouço fiscal segue para Senado

BRASÍLIA (Reuters) - A Câmara dos Deputados encerrou a votação na noite desta quarta-feira das emendas ao arcabouço fiscal, projeto prioritário para o governo que segue agora ao Senado, em vitória creditada não apenas ao governo, mas também ao capital político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e à capacidade de articulação política do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Deputados rejeitaram as quatro emendas destacadas para votação separada nesta quarta, que poderiam alterar o texto principal aprovado na véspera por uma boa margem de votos favoráveis -- 372 votos sim, bem acima do mínimo de 257, contra 108 contrários.

As quatro emendas apresentadas nesta quarta pelo PL, partido de oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, foram votadas separadamente -- os chamados destaques -- e foram rejeitadas. Assim, não houve alteração do texto.

O primeiro destaque visava excluir do texto artigo que isenta o gestor público de punição em caso de descumprimento da meta fiscal.

O segundo destaque pretendia derrubar dispositivo que altera a fórmula de cálculo do fundo constitucional do Distrito Federal.

Um terceiro destaque propunha a supressão de artigo que permite certa folga ao governo para os gastos no exercício financeiro de 2024.

A última emenda tentava incluir trechos determinando que eventual valor excedente gerado por aumento de carga tributária deverá ser utilizado para abatimento da dívida pública.

GATILHOS

O texto aprovado pelos deputados foi bem recebido por especialistas em Orçamento e membros do governo, apesar da inclusão de uma regra de complexidade elevada para viabilizar uma possível folga nos gastos em 2024.

A regra geral da proposta criada para substituir o teto de gastos estabelece que as despesas federais não poderão crescer mais do que 70% da alta das receitas, além de definir que os gastos crescerão anualmente

entre 0,6% e 2,5% acima da inflação.

O texto define que em caso de descumprimento da meta fiscal, que terá uma margem de tolerância, o crescimento dos gastos passará a ser limitado a 50% da alta da receita.

Além dessa punição, o relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), adicionou uma série de gatilhos automáticos de ajuste fiscal. No primeiro ano de rompimento da meta, o governo ficaria impedido de criar cargos, reajustar auxílios de servidores, criar ou aumentar despesas obrigatórias e conceder ou ampliar benefícios tributários.

Se o descumprimento ocorrer pelo segundo ano consecutivo, seriam barrados adicionalmente aumento de despesa com pessoal, contratações e realizações de concursos.

Também haverá travas se as despesas obrigatórias, como as previdenciárias e a folha salarial do funcionalismo público, superarem 95% do Orçamento.

Pelo texto, se o governo quiser suspender ou amortecer esses gatilhos, terá que enviar um projeto ao Congresso para pedir essa autorização, além de fazer uma compensação por meio de ajustes em outras áreas.

Encerrada a batalha do arcabouço fiscal na Câmara, deputados devem agora se debruçar sobre outro tema de interesse do governo: a reforma tributária.

Lira já deixou claro que pretende colocar a proposta em votação neste semestre e que não haverá recesso parlamentar em julho se a reforma não for analisada.

(Reportagem de Maria Carolina Marcello)

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/24/camara-conclui-votacao-de-emendas-e-arcabouco-fiscal-segue-para-senado.htm>

Governadores debatem sobre a reforma tributária em Fórum Nacional

DF Record

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, participou, nesta quarta-feira (24), do Fórum Nacional de Governadores, onde foi defendido a necessidade de uma **reforma tributária** no país. Os governadores também defenderam os pontos de cada estado e definiram que o debate prosseguirá por meio do comitê nacional dos secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/df-record/videos/governadores-debtem-sobre-a-reforma-tributaria-em-forum-nacional-24052023>

Tebet defende que desoneração da folha de pagamento seja discutida junto à reforma tributária

Brasília

**/
Bruna Lima, do R7, em Brasília**

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou nesta quarta-feira (24) que a discussão da desoneração da folha de pagamento deve ser feita em conjunto com a **reforma tributária**. Tebet conversou com o R7 na saída do Senado após participar da entrega da reforma da galeria dos presidentes da Casa, depredada por vândalos no 8 de Janeiro.

"É uma matéria que tem de ser discutida no segundo semestre. A desoneração da folha dos setores que mais empregam nunca teve dificuldade em ser aprovada no Congresso Nacional. A única questão agora é que está diante de uma reforma do consumo [**reforma tributária**] e a próxima é a reforma da folha e da renda", destacou a ministra

Compartilhe esta notícia no Whatsapp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Tebet defendeu que os setores já contemplados sejam mantidos na medida. "É importante que o projeto não fique solto, ele tem de estar inserido dentro da mudança do sistema tributário brasileiro até para que não saiam outros setores e possa impactar a receita no Brasil. [A desoneração] tem de ser feita com critério, protegendo quem já tem a desoneração, mas impedindo que seja muito alargada, sob pena de não ter receita para obras, investimentos e políticas públicas necessárias", alertou.

Tebet também comentou sobre a aprovação das novas regras fiscais, feita pela Câmara dos Deputados na noite dessa terça (23). A votação contou com 372 votos favoráveis, 108 contrários e 1 abstenção. O texto ainda precisa ser analisado pelos senadores para entrar em vigor. "O arcabouço foi muito bem elaborado, por diversas mãos, e está maduro o suficiente, a meu ver, para chegar ao Senado direto

para o plenário, ainda que o plenário possa fazer alterações, que são legítimas dos parlamentares", disse.

"O relator [Cláudio Cajado (PP-BA)] foi muito democrático ao conversar não só com o Executivo, mas também conversar com líderes da Câmara e do Senado. Eu brinquei com o presidente [do Senado], Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e falei 'a bola vem quicada para cá, está pronto para fazer o gol?', ele falou que o Senado tem responsabilidade e sabe da importância da matéria", afirmou.

Tebet ressaltou, ainda, que a **reforma tributária** deve ser debatida mais a fundo no Senado. O tema começará a ser analisado pela Câmara dos Deputados. "O presidente [da Câmara], Arthur Lira (PP-AL), já disse que colocará para votação no plenário ainda neste semestre. Depois tem o segundo semestre inteiro, aí sim, mais demorado, com mais calma, até 31 de dezembro, todo um trabalho a ser feito no Senado. Vou voltar muito ao Senado e estar à disposição dos senadores, mostrando a importância da **reforma tributária**, dizendo que não temos outra saída se quisermos crescer, realmente, pela primeira vez em 30 anos. Com crescimento duradouro, pra gerar aquilo que é a obsessão de todos nós, emprego e renda para a população", finalizou.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/tebet-defende-que-desoneracao-da-folha-de-pagamento-seja-discutida-junto-a-reforma-tributaria-24052023>

Omar Aziz será o relator do texto das novas regras fiscais no Senado

Brasília

/
Hellen Leite, do R7, em Brasília

O senador Omar Aziz (PSD-AM) será o relator do texto das novas regras fiscais no Senado. A informação foi confirmada pelo parlamentar ao R7 nesta quarta-feira (24). O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados nesta terça (23) e deve ser enviado ao Senado ainda nesta semana. A expectativa é de que a matéria seja apreciada no plenário até o dia 15 de junho .

Sob a relatoria do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), o texto foi aprovado por ampla maioria na Câmara, com 372 votos favoráveis, 108 contrários e 1 abstenção . O governo também acredita em uma margem tranquila de aprovação do projeto no Senado.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O texto limitará o crescimento da despesa a 70% da variação da receita dos 12 meses anteriores. Em momentos de maior crescimento da economia, a despesa não poderá crescer mais de 2,5% ao ano acima da **inflação**. Em momentos de contração econômica, o gasto não poderá aumentar mais que 0,6% ao ano acima da **inflação**.

Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad , se reuniu com Lira e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e afirmou que há consenso sobre a tramitação acelerada e aprovação das pautas econômicas que estão no radar do governo.

Há um consenso em torno das duas pautas. Temos que votar o marco fiscal e a **reforma tributária**. Não há uma única voz dissonante a respeito da urgência dessas duas matérias para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Pacheco também avalia que há boas perspectivas para a aprovação do projeto no Senado. "Ainda

faremos outras reuniões para receber o apoio necessário para as modificações dos projetos. Tão logo [a proposta] chegue ao Senado, nós vamos dar a devida celeridade ainda neste semestre. É um tema muito importante", disse.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/omar-aziz-sera-o-relator-do-texto-das-novas-regras-fiscais-no-senado-24052023>

Governadores defendem a reforma tributária, mas questionam falta de clareza sobre garantias dos estados

Brasília

/
Luiz Calcagno, do R7, em Brasília

Governadores de todo o país e do Distrito Federal defenderam a necessidade de uma **reforma tributária** no país durante o 14º Fórum Nacional de Governadores, em Brasília, nesta quarta-feira (24). No entanto, os chefes do Executivo estaduais questionam a falta de clareza sobre as garantias que serão dadas aos estados. O relator do texto, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), participou do encontro e disse que a expectativa é que a matéria seja o próximo tema a ser debatido após a votação das novas regras fiscais, aprovada na Câmara nessa terça (23).

"Nosso desafio é uma reforma que traga simplificação tributária, transparência e segurança jurídica, sem perder a capacidade de os estados terem instrumentos de promover o desenvolvimento", garantiu o relator.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Ribeiro afirmou também que o texto está maduro e preserva as unidades da federação e defendeu o imposto sobre valor agregado (IVA). O presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco (PSD), também participou do Fórum.

Os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e do Piauí, Rafael Fonteles (PT), conversaram com a imprensa e destacaram que há unidade entre os chefes de Executivo sobre a necessidade de uma reforma, mas admitiram que existem discordâncias e que não está claro como ficará o texto e quais serão as garantias dos estados após as mudanças.

Segundo Leite, uma das insatisfações é o receio de que a votação seja rápida. "Alguns pontos são importantes. Vai ser IVA único ou dual? Os estados dependem do IVA dual como forma de garantir uma

autonomia adicional", afirmou. Eduardo Leite disse também que todos os governadores terão que fazer concessões e que isso também dependerá "da generosidade da União".

Já Fonteles admitiu "polêmicas na hora de discutir os detalhes", defendeu a importância de uma votação célere e disse que "a grande maioria [dos governadores] concordará".

A gente vai aprofundar isso [o texto] ao longo das próximas duas ou três semanas quando o relator se comprometeu a apresentar o texto no Congresso Nacional. O primeiro ano de governo é o ano de aprovar de uma reforma tão complexa.

Rafael Fonteles (PT), governador do Piauí

Governadores de estados do Centro-Oeste estão entre os que mostraram mais desconfiança. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), disse que o setor agrário será contra a reforma, e disse ter medo que o texto retire a autonomia dos governadores. "Em nome de uma **reforma tributária** não se pode matar a federação. Um Conselho, em Brasília, saberá exatamente quanto cada estado precisa?", questionou.

Leia também: Relator da **reforma tributária** espera que Congresso aprove proposta até junho

"Nós, do Centro-Oeste, não tivemos a oportunidade dos estados litorâneos, que receberam infraestrutura primeiro. Demonizar o ICMS resolve o problema do brasileiro? Não é assim. Ninguém sabe de que maneira o novo modelo vai atender aos estados e municípios. Meu estado de Goiás é muito maior que muitos países que têm o IVA", reclamou Caiado.

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil), disse que o governo federal pretende arrecadar mais com a reforma e que a PEC não trará os efeitos esperados sem uma reforma administrativa. "A cada momento se cria piso salarial, nova despesa, e você tem que aumentar a arrecadação, que vem do cidadão. Se não fizermos uma reforma administrativa, essa esperança com a **reforma tributária** de pagar menos **impostos** será um ledão engano", afirmou.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/governadores-defendem-a-reforma-tributaria-mas-questionam-falta-de-clareza-sobre-garantias-dos-estados-24052023>

Dólar cai após Câmara aprovar texto-base do novo arcabouço fiscal

Economia

/
por

Reuters

O dólar à vista fechou em queda ante o real nesta quarta-feira (24), após a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do novo arcabouço fiscal, com maioria de votos para a proposta do governo. A moeda dos Estados Unidos encerrou o dia em R\$ 4,9534 na venda, com baixa de 0,38%. O Ibovespa também teve queda, contaminado por Wall Street.

Na noite de terça-feira (23), a Câmara aprovou o texto do arcabouço, com 372 votos favoráveis e 108 contrários, após ajustes de última hora feitos pelo relator, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que deixaram a regra de gastos 'menos generosa' em 2024.

A proposta criada para substituir o teto de gastos estabelece que as despesas federais não poderão crescer mais do que 70% da alta das receitas. Também define que os gastos crescerão anualmente entre 0,6% e 2,5% acima da inflação.

Veja também: Comissão aprova MP de reestruturação dos ministérios, mas esvazia Meio Ambiente

"Claro que não é o arcabouço ideal, porque depende muito de receita, mas a perspectiva é animadora. Por isso o mercado reagiu positivamente", analisou Cleber Alessie Machado, gerente da mesa de derivativos financeiros da Comcor DTVM. "Com o arcabouço, eliminamos o descontrole, o que é muito positivo em relação ao que o mercado esperava desta gestão."

A nova regra fiscal, bem recebida nos mercados de câmbio e juros futuros, acabou exercendo mais influência nas cotações que o exterior, onde o dólar sustentava ganhos ante boa parte das moedas de países emergentes ou exportadores de commodities, na esteira do impasse sobre o teto da dívida do governo norte-americano.

* Sob supervisão de Ana Vinhas

Imagens: Divulgação/Receita Federal

A **Receita Federal** do município de Santo Ângelo (RS) realiza leilão eletrônico e traz pechinchas em carros clássicos. O pregão acontece no dia 31 de maio, por meio do portal e-CAC, às 14h

Divulgação/Receita Federal

Pessoas físicas e jurídicas podem participar do evento do Fisco. Para mais informações, acesse o edital. Confira as pechinchas nas fotos a seguir

Divulgação/Receita Federal

No lote 5, há um Gol preto, da Volkswagen

Divulgação/Receita Federal

Ele é de 1999. O preço mínimo é de R\$ 700

Divulgação/Receita Federal

O lote 6 também traz um Gol, mas na cor branca

Divulgação/Receita Federal

Ele é do ano 2000 e tem preço mínimo de R\$ 900

Divulgação/Receita Federal

Ainda da montadora alemã, o Parati está disponível no lote 10

Divulgação/Receita Federal

Os lances pelo carro vermelho de 2001 começam em R\$ 1.200

Divulgação/Receita Federal

Lote 11: Gol branco, de 1996

Divulgação/Receita Federal

O preço mínimo é de R\$ 600

Divulgação/Receita Federal

O tradicional Kadett aparece no lote 16

Divulgação/Receita Federal

O automóvel preto de 1994 tem lance inicial de R\$ 400

Divulgação/Receita Federal

No lote 17, o Ford Ka verde é opção

Divulgação/Receita Federal

Lançado em 2010, ele tem preço inicial de R\$ 1.800

Divulgação/Receita Federal

O Chevrolet Vectra aparece no lote 18

Divulgação/Receita Federal

O carro branco, de 1998, tem lances que começam em R\$ 900

Divulgação/Receita Federal

A Chevrolet volta com um Astra vinho, no lote 21

Divulgação/Receita Federal

De 1999, ele tem preço mínimo de R\$ 1.200

Divulgação/Receita Federal

O Ford Fiesta aparece no lote 23

Divulgação/Receita Federal

O carro vermelho de 2010 tem preço inicial de R\$ 2.000

Divulgação/Receita Federal

Mais um Gol (Volkswagen) branco, no lote 25

Divulgação/Receita Federal

Lançado no ano 2000, o preço mínimo desse carro é de R\$ 1.000

Divulgação/Receita Federal

Também há um Gol branco mais recente, de 2013, no lote 26

Divulgação/Receita Federal

Os lances, porém, começam em R\$ 3.000

Divulgação/Receita Federal

O Chevrolet Vectra volta no lote 27

Divulgação/Receita Federal

Na cor bege e lançado em 1995, ele começa a ser vendido no valor de R\$ 400

Divulgação/Receita Federal

O Fiat Mille Way está no lote 28

Divulgação/Receita Federal

Branco e de 2011, o preço inicial é de R\$ 3.000

Divulgação/Receita Federal

O Siena, da Fiat, é branco e se encontra no lote 30

Divulgação/Receita Federal

Os lances do carro de 2012 começam em R\$ 3.000

Divulgação/Receita Federal

Existe outro Gol no lote 30

Divulgação/Receita Federal

O preço inicial do carro amarelo é de R\$ 1.300. Ele é de 2002

Divulgação/Receita Federal

No lote 36, um Fiat Palio vermelho

Divulgação/Receita Federal

De 1997, o preço inicial é de R\$ 700

Divulgação/Receita Federal

O Tucson, da Ford, está no lote 37

Divulgação/Receita Federal

O preço mínimo do carro preto de 2008/2009 é de R\$ 2.500

Divulgação/Receita Federal

Vale lembrar que o veículo apresenta danos visíveis

Divulgação/Receita Federal

No lote 38, a Receita diz que este Gol vermelho está novo

Divulgação/Receita Federal

Ele foi lançado em 2014 e tem preço inicial de R\$ 3.500

Divulgação/Receita Federal

Porém, ele está danificado na parte dianteira

Divulgação/Receita Federal

No lote 39, tem o Nissan Tiida prata

Divulgação/Receita Federal

Ele é de 2008 e seu preço mínimo é de R\$ 2.500

Divulgação/Receita Federal

O lote 42 também dispõe de um Gol branco, de 1996

Divulgação/Receita Federal

O valor de compra parte de R\$ 400

Divulgação/Receita Federal

O clássico Verona, da Ford, é preto e de 1996

Divulgação/Receita Federal

O preço mínimo é de R\$ 300

Divulgação/Receita Federal

Um Montana branco, da Chevrolet, está no lote 51

Divulgação/Receita Federal

Ele é de 2010 e será vendido por pelo menos R\$ 3.500

Divulgação/Receita Federal

O Honda Civic preto, de 2007, está no lote 53

Divulgação/Receita Federal

O preço mínimo é de R\$ 3.500

Divulgação/Receita Federal

Nissan Versa preto, de 2012, está disponível no lote 58

Divulgação/Receita Federal

O preço mínimo dele é de R\$ 3.500

Divulgação/Receita Federal

Um Prisma Joy prata, da Chevrolet, está no lote 62

Divulgação/Receita Federal

De 2011, o preço inicial é de R\$ 2.000

Divulgação/Receita Federal

O Renault Megane prata é opção no lote 65

Divulgação/Receita Federal

Ele é de 2010 e tem preço inicial de R\$ 3.000

Divulgação/Receita Federal

O Vectra também está no lote 66

Divulgação/Receita Federal

Ele é prata e de 1997. O preço mínimo é de R\$ 500

Divulgação/Receita Federal

Um Renault Logan branco aparece no lote 69

Divulgação/Receita Federal

Lançado em 2015, ele será comprado por pelo menos R\$ 4.500

Divulgação/Receita Federal

Outro Logan, cinza, consta no lote 70

Divulgação/Receita Federal

Ele é de 2014 e tem preço inicial de R\$ 4.500

Divulgação/Receita Federal

Outro Fiat Palio está no lote 71

Divulgação/Receita Federal

Ele é cinza, de 2009, e tem valor inicial de R\$ 4.200

Divulgação/Receita Federal

Com espaço para carga, um Doblò, da Fiat, está no lote 72

Divulgação/Receita Federal

Ele é de 2002, vermelho, e será comprado por ao menos R\$ 2.000

Divulgação/Receita Federal

Um Volkswagen Polo de 2011 está no lote 74

Divulgação/Receita Federal

Na cor prata, seu preço mínimo é de R\$ 3.500

Divulgação/Receita Federal

A caminhonete S10, da Chevrolet, é branca e de 1997

Divulgação/Receita Federal

Ela está no lote 81, e o preço inicial é de R\$ 1.500

Divulgação/Receita Federal

A caminhonete S10 também está no lote 85

Divulgação/Receita Federal

Porém, esta é azul-escuro e de 1998. O preço mínimo é de R\$ 2.500

Divulgação/Receita Federal

O tradicional Volkswagen Santana está à venda no lote 89

Divulgação/Receita Federal

Ele é verde, de 1999, e tem preço mínimo de R\$ 500

Divulgação/Receita Federal

Um Sandero (Chevrolet) branco é destaque no lote 91

Divulgação/Receita Federal

Ele é de 2009 e tem preço inicial de R\$ 2.000

Divulgação/Receita Federal

* Sob supervisão de Ana Vinhas

Imagens: Divulgação/Receita Federal

A **Receita Federal** do município de Santo Ângelo (RS) realiza leilão eletrônico e traz pechinchas em carros clássicos. O pregão acontece no dia 31 de maio, por meio do portal e-CAC , às 14h

Divulgação/Receita Federal

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Ironicamente, os EUA enfrentam discussões parecidas com as do Brasil, com o objetivo de ampliar o teto da dívida do governo e, assim, evitar um default (calote ou moratória) no próximo mês.

Como o impasse entre a Casa Branca e os republicanos não chegou a um acordo, o viés para o dólar foi de alta ante outras divisas.

Às 17h19 (de Brasília), o índice do dólar, que mede o desempenho da moeda norte-americana frente a uma cesta de seis divisas, subia 0,32%, a 103,870.

No Brasil, pela manhã, o Banco Central vendeu todos os 16 mil contratos de swap cambial tradicional ofertados na rolagem dos vencimentos de julho.

Também em queda nesta quarta, o Ibovespa foi contaminado pelas preocupações com a inércia das negociações sobre o teto da dívida norte-americana, que já afeta Wall Street. O SEP 500, uma das referências do mercado acionário norte-americano, fechou em baixa de 0,73%.

Nos Estados Unidos, os negociadores do presidente democrata Joe Biden e do principal republicano do Congresso, Kevin McCarthy, reuniram-se na Casa Branca para tentar fechar um acordo para aumentar o teto da dívida de 31,4 trilhões de dólares e evitar um calote catastrófico.

Biden e McCarthy, o presidente da Câmara dos Deputados, porém, permanecem bastante divididos sobre como seguir adiante.

O índice de referência do mercado acionário brasileiro caiu 1,03%, a 108.799,54 pontos, com as ações da Vale entre as maiores pressões negativas, enquanto Petrobras subiu e evitou uma perda maior do índice. O volume financeiro somava R\$ 23,1 bilhões. No mês, o Ibovespa ainda acumula alta acima de 4%.

Além das decisões dos deputados sobre o arcabouço fiscal, investidores estão atentos também às movimentações relacionadas à **reforma tributária**. O relator do texto afirmou que pretende apresentar no dia 6 de junho um relatório com as conclusões do grupo de trabalho para, a partir daí, marcar a data para a votação do seu parecer, diretamente no plenário da Câmara.

Copyright © Thomson Reuters.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/dolar-cai-apos-camara-aprovar-texto-base-do-novo-arcabouco-fiscal-24052023>

País ter novo marco fiscal é passo fundamental para a economia, diz presidente da Febraban

São Paulo

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, disse em nota que o novo arcabouço fiscal, aprovado pela Câmara dos Deputados na terça-feira, 23, é meritório, o que também se aplica ao estabelecimento pela Casa de um período para que a dívida pública estabilize. Ele afirma ainda que o texto é um passo fundamental para a economia.

Segundo ele, diante do cenário desafiador para o equilíbrio orçamentário, contar com um novo marco fiscal é um passo fundamental para a economia do País. Assim, é meritório um arcabouço que estabeleça limites para a expansão das despesas do setor público, com metas de resultado primário ambiciosas, a exemplo da zeragem do déficit primário já em 2024, disse o presidente da entidade.

Sidney também comenta alterações na proposta aprovada pela Câmara por um placar amplo. A proposta aprovada pela Câmara também tem o mérito de buscar um horizonte de estabilidade da dívida, ao definir regras mais rigorosas para a gestão das finanças públicas e que se mostrem mais críveis em sua execução, adiciona.

O arcabouço fiscal determina que o aumento das despesas públicas seja limitado a 70% do aumento da arrecadação pública até junho do ano anterior, descontada a **inflação**.

No texto, o presidente da Febraban afirma que o empenho pessoal do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), do relator da proposta, o deputado Cláudio Cajado (Progressistas-BA) e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi fundamental para que a proposta fosse discutida de forma ampla, e para que fosse construída uma versão que mereceu a aprovação por um número expressivo de deputados.

Sidney também elogia a reunião promovida na terça pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e que teve a presença de Haddad, Lira, Cajado, do relator da **reforma tributária**, o deputado federal

Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), e de empresários. A reunião revela a disposição do Congresso Nacional em se manter engajado em uma agenda de reformas micro e macroeconômicas, fundamentais para a retomada econômica de longo prazo, comenta.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/24/pais-ter-novo-marco-fiscal-e-passo-fundamental-para-a-economia-diz-presidente-da-febraban.htm>

Centro-Oeste pode perder com reforma tributária, dizem governadores

Victor Correia

Governadores do Centro-Oeste avaliaram nesta quarta-feira (24/5) que a região pode perder com a **reforma tributária**. Eles participaram hoje, em Brasília, da reunião do Fórum dos Governadores para debater a reforma. A avaliação é que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás podem ter suas arrecadações prejudicadas com a unificação de **impostos** federais e estaduais que está no horizonte.

De forma geral, governadores de todas as regiões concordam no conceito com a proposta da reforma, mas estão preocupados com os detalhes, já que o texto inicial ainda não foi apresentado. Eles cobram também medidas para compensar os estados que podem perder arrecadação.

O Centro-Oeste brasileiro é, hoje, uma das regiões mais prejudicadas. Nós olhamos alguns dados divulgados pelo secretário [especial da **Reforma Tributária**, Bernard] Appy, e nós observamos que tem cinco estados que são super ganhadores nesta reforma. E existem cinco estados que são cinco grandes perdedores de arrecadação, em uma visão de médio a longo prazo, 20 a 40 anos. E, no Centro-Oeste, nós temos três estados que perdem fortemente, declarou o governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União), em conversa com a imprensa após a reunião.

O governador mato-grossense argumentou que os três estados da região não podem concordar com a **reforma tributária**, já que possuem desafios a serem enfrentados em termos de infraestrutura e logística, e têm grande participação nas exportações brasileiras, especialmente na agropecuária.

O Centro-Oeste vai ter que debater com muita clareza, e encontrar soluções junto com o Congresso Nacional, frisou Mauro. Ele disse, porém, que concorda em conceito com a reforma, em temas como a simplificação de **tributos**.

Dissolve a Federação

O governador do Goiás, Ronaldo Caiado (União), também participou do encontro. Caiado também demonstrou preocupação com a reforma.

Em nome de uma **reforma tributária**, você quase que dissolve a Federação. Eu passo a ser o quê? Ordenador de despesa? Eu recebo mesada, repasso, o município recebe e repasse. Então qual é a iniciativa de um governador, de um prefeito, de uma Assembleia Legislativa?, questionou o governador.

Nós, do Centro-Oeste, não tivemos as condições dos outros estados, litorâneos, ou em condições que foram em primeiro lugar ali trabalhadas, no sentido de infraestrutura. (...) Como se, demonizando o ICMS, resolvesse o problema do Brasil, acrescentou.

O ICMS é a principal fonte de arrecadação para muitos estados, especialmente da região central, e deve ser agregado a outros cinco **impostos**, segundo a proposta hoje debatida. Caiado exemplificou o impacto negativo com a decisão do governo de Jair Bolsonaro, no ano passado, de zerar o ICMS sobre os combustíveis, que trouxe grande prejuízo financeiro aos entes federados.

Diante disso que está aí, não tem nada de modernidade. E, se existe um obscurantismo completo, não sabemos o que tem no texto, disse ainda Caiado. De acordo com ele, enquanto não houver um detalhamento maior e medidas para compensar a perda de arrecadação nos estados, a posição de Goiás é contrária à reforma.

Apenas o chefe do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), não esteve presente, mas enviou um representante.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/509>

***6864-centro-oeste-pode-perder-com-a-reforma-tributaria-
dizem-governadores.html***

Governadores querem mais debate sobre reforma tributária

Publicado em 24/05/2023 - 16:32

Por Pedro Peduzzi - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A maior parte dos chefes de Executivo estaduais que participam do Fórum de Governadores, nesta quarta-feira (24) em Brasília, tem uma "avaliação positiva" da proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso Nacional. O apoio, no entanto, depende ainda da finalização do texto que será apresentado pelo relator da matéria na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O Fórum de Governadores é um espaço de reunião entre os chefes de Executivo estaduais, para tratar assuntos de interesse comum aos entes federativos.

Ao deixar o encontro, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, disse que o tema **reforma tributária** consumiu boa parte dos debates entre todos os governadores. "A maioria é favorável. É importante deixarmos isso claro", disse ele ao ressaltar ser ainda necessário compreender, com maior precisão, os impactos econômicos a serem sentidos nas unidades federativas.

Para tanto, o governador gaúcho considera fundamental que a matéria não avance a toque de caixa pelo Parlamento. Segundo ele, os governadores "não querem uma votação rápida de um texto pouco discutido", em especial com relação a pontos de preocupação apresentados pelos governadores, como o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e os fundos de participação.

Sobre os debates feitos durante o fórum, Leite disse que "até o momento há [entre os governadores] mais pontos de convergência do que de divergência", e que há também "boa vontade do grupo para entender que há de se fazer concessões de parte a parte", mas que tudo dependerá da União que, segundo ele, tem um histórico de criar contribuições sem dividi-las com os estados.

"Ela [a União] tende a impor despesas aos estados, mas sem contrapartidas. Com isso, nosso olhar é sempre de desconfiança", complementou.

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, viu também, entre os governadores, "uma ambiência muito positiva" em relação à **reforma tributária**.

"Vários atores estão conspirando para que haja essa reforma", disse ele ao deixar o fórum.

Mendes, no entanto, avalia que a **reforma tributária** só obterá sucesso se vier acompanhada de uma reforma administrativa. "Se não fizermos uma reforma administrativa para os estados custarem menos para os cidadãos, a esperança com a **reforma tributária** será ledão engano", disse.

Segundo o governador do Piauí, Rafael Fonteles, "todos governadores apoiam conceitualmente a **reforma tributária**". Porém, no entendimento dele, será melhor avaliar ela em seus detalhes", o que deverá ser feito nas próximas semanas.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, também defendeu uma análise mais minuciosa do texto a ser apresentado. "Não podemos receber um prato feito como se fosse um produto final", disse. Na avaliação dele, é errado "demonizar o ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços], como se [o seu fim] fosse a solução para o Brasil. Não é", afirmou.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/governadores-querem-mais-debate-sobre-reforma-tributaria>

Como funciona a guerra fiscal?

Por Redação - São Paulo

Durante cinco décadas, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) vem sendo usado como mecanismo para atrair investimentos para dentro dos Estados e essa prática acabou gerando o que se conhece como Guerra Fiscal.

O começo desta história remonta lá nos anos 1960, quando foi criado o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em substituição ao antigo ao Imposto Sobre Vendas e Consignações (IVC).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a base de incidência do ICM mudou. Foram incorporados os seguintes setores: produção de petróleo e derivados, energia elétrica, serviços de telecomunicações e de transporte interestadual. Com isso, o ICM ganhou o S de serviços e virou ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Essa não foi a única mudança trazida com a Constituição Federal de 1988. Teve outra alteração importante: Os Estados passaram a ter autonomia para fixar as alíquotas internas do imposto. Assim, cada unidade da federação fixou uma alíquota diferente, por quê? É o que você vai saber no vídeo abaixo e com a série de vídeos **Reforma Tributária** de A a Z, confira!

Site: <https://valor.globo.com/reforma-tributaria/noticia/2023/05/24/como-funciona-a-guerra-fiscal.ghtml>

Lira: marco fiscal contribui para juros baixos e reforma tributária é próximo passo

Por Maeli Prado

O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse nesta quarta à Globonews que a aprovação do marco fiscal por larga margem pelos deputados contribui para a queda dos juros . Ele enfatizou ainda que a **reforma tributária** é o próximo foco do Congresso.

Ele também disse que somente extremos políticos, à direita ou esquerda, não votaram a favor do novo marco fiscal, que na sua visão é equilibrado. Lira agradeceu a participação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na formulação do texto.

- Vamos focar em **reforma tributária** para todos, simplificada e justa. Uma parcela significativa da Câmara está comprometida com o interesse do país, como mostrou o placar de ontem - disse.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/05/lira-marco-fiscal-contribui-para-juros-baixos-e-reforma-tributaria-e-proximo-passo.ghtml>

Lira diz que aprovação de regra fiscal na Câmara foi sinal de 'amadurecimento'

Por Alice Cravo - Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira que a aprovação do texto arcabouço fiscal em plenário na noite de ontem foi uma demonstração de "amadurecimento do parlamento". Lira ressaltou que tem defendido que pautas como a **Reforma Tributária** e o marco fiscal sejam "desconectadas" da relação governo e oposição. Placar na Câmara foi de 372 votos a favor e 108 contra.

Lira deu as declarações em entrevista à GloboNews.

- A Câmara ontem deu mais uma vez uma demonstração de amadurecimento do parlamento, como nós sempre defendemos, que o arcabouço, como a **reforma tributária**, elas sejam desconectadas dessa relação de governo e oposição. São matérias de país, são matérias de estado, de organização política-administrativa-econômica.

Lira afirmou que o debate sobre o marco fiscal foi "bastante amadurecido" e que o texto estava equilibrado. O presidente da Câmara pontuou que somente os "extremos" não participaram da votação do projeto.

- A votação expressiva da urgência e do mérito dão a esse texto a condição de amadurecido, um texto equilibrado, onde só os extremos não participaram da votação. Então, gente entende que a contribuição que o parlamento deu como sempre foi de muita valia para o aprimoramento do texto

Passada a votação do novo marco fiscal, Lira afirmou que a Casa irá direcionar a atenção a aprovação da **Reforma Tributária**.

- Após o arcabouço, iremos focar nossas atenções, lógico, a uma **reforma tributária** para todos, justa, simplificada, mas próspera.

O presidente da Câmara também sinalizou que o Congresso não irá rever pautas já aprovadas pela Câmara e pelo Senado, como o a privatização da Eletrobras.

- O Congresso Nacional foi eleito na eleição do ano passado um Congresso, como todos sabem, com perfil

liberal e conservador. Ele destoa da realidade da eleição do segundo turno, e nós sempre frisamos isso com muito cuidado. [...] Não será o presidente Pacheco ou o presidente Arthur Lira que vai ter voto nos plenários para rever temas que foram aprovados há um ano, dois anos com muita discussão. Capitalização da Eletrobras, Banco Central independente, marco do saneamento.

Lira ainda descartou qualquer desentendimento com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e afirmou que "nunca houve possibilidade de não ter uma relação tranquila entre Câmara e Senado". Os dois presidentes travaram uma queda de braço sobre a tramitação das medidas provisórias, o que travou a aprovação de algumas medidas do governo.

Lira, no entanto, afirmou que ainda não há um acordo sobre a tramitação das MPs e que isso forçaria o governo a voltar a mandar projetos de lei.

- Não chegamos (Lira e Pacheco) a acordo ainda com relação às medidas provisórias, o que vai forçar o lado bom da coisa, o governo vai ter que abrir mão desse instrumento para voltar a girar por projeto de lei, nem que seja por urgência constitucional. É um instrumento constitucional, válido, pertinente e importante, que muitas vezes as medidas provisórias vinham em a urgência e sem a importância necessária

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/lira-diz-que-aprovacao-de-regra-fiscal-na-camara-foi-sinal-de-amadurecimento.ghtml>

Lira: Tributária está na pauta no 1º semestre; aprovação dependerá do plenário

Agência Estado

Após aprovação ampla do novo arcabouço fiscal pelo plenário da Câmara, por 372 a 108 votos, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), divergiram sobre o avanço da **reforma tributária**. Enquanto Lira garantiu a inclusão da pauta já no primeiro semestre, Guimarães admitiu que não tem como aprová-la até julho.

Lira afirmou que a reforma será encaminhada no primeiro semestre, mas não garantiu aprovação. **Reforma tributária** está na pauta da Câmara no primeiro semestre. Se vai ter aprovação ou não, vai depender do plenário e condução dos líderes, reconheceu o presidente da Câmara. Ele voltou a dizer que marco fiscal e tributária são agendas de País.

Ao ser questionado se o placar do arcabouço antecipa um eventual êxito na tributária, Lira disse que são temas correlatos, mas não necessariamente iguais. Nós temos ainda umas acomodações, como o ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad sempre tem falado, com umas anomalias tributárias que precisam ser corrigidas, disse, ao prometer trabalho duro na pauta e defender pragmatismo na discussão sobre o tema.

Na contramão, Guimarães admitiu que não tem como votar a **reforma tributária** no primeiro semestre e ainda reforçou que já fizemos demais, logo após aprovação do arcabouço em plenário da Câmara.

Não tem nem como (votar) porque (o relatório) vai ser apresentado em junho. Lá pelo dia 10, 15, depois lá pelo dia 15 de julho entra recesso. Já fizemos demais. Vamos evidentemente, na hora que o governo encaminhar o texto, vamos trabalhar para aprovar o quanto antes, disse Guimarães. Não vamos votar a **reforma tributária** em 15 dias. Se der vota mas também não estamos estressados com isso.

Guimarães também contrariou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na terça-feira, 23, após se reunir com Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e empresários, o dirigente da pasta econômica disse estar convencido de que o tema será votado na Câmara ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5096768-lira-tributaria-esta-na-pauta-no-1-semester-aprovacao-dependera-do-plenario.html>

Com avanço do marco fiscal na Câmara, governo vai concentrar esforços na reforma tributária

Brasília

Bruna Lima, do R7, em Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou nesta quarta-feira (24) o resultado da votação do novo marco fiscal na Câmara e disse que o próximo passo é debater e chegar a um denominador comum para garantir aprovação da **reforma tributária**. "A Câmara dos Deputados deu uma demonstração de que busca o entendimento para ajudar o Brasil a recuperar as taxas de crescimento mais expressivas. Isso também nos dá muita confiança de que a **reforma tributária** é a próxima tarefa cumprir", afirmou o ministro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já declarou que pretende votar a **reforma tributária** na Câmara ainda no primeiro semestre, antes do recesso parlamentar. O planejamento foi confirmado por Lira ao ministro da Fazenda em reunião antes da votação do marco fiscal.

Haddad afirmou que irá prestar assistência ao relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), com o time técnico da pasta, para traçar todos os cenários possíveis na busca de um modelo "inteligente, que vai transitando do caos tributário atual para uma situação de mais racionalidade, transparência, equilíbrio".

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

No planejamento da Fazenda, também está no radar garantir reforma de crédito, de capital e de seguros. "A partir de agosto quero dedicar muito tempo do ministério da Fazenda para a questão da transição ecológica", completou.

Na avaliação de Haddad, o placar com que o marco fiscal passou na Câmara, com 372 a 108 votos, demonstra que com um bom projeto é possível angariar

o apoio dos parlamentares.

Se dizia muito que a composição do Congresso ia ser um obstáculo às reformas que o Brasil precisa. O que estamos vendo é que, com bom senso, diálogo, disposição, disponibilidade e estando abertos a ouvir, o entendimento é possível

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad

O ministro destacou que o placar "expressivo" foi conquistado também pelo apoio de um centro democrático e que esta "é só uma possibilidade de outras que virão".

O ministro também comentou sobre o relatório da medida provisória que reestrutura os ministérios do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No texto, o relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), não mencionou a modificação feita pelo governo, transferindo a gestão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao Ministério da Fazenda. Por isso, o conselho volta para o Banco Central.

Segundo Haddad, o local em que o Coaf fica vinculado não é o grande problema. "Penso que vai se perder uma boa oportunidade porque a parte relativa à integridade de dados, que é 99% da MP, é uma salvaguarda para o cidadão. Onde vai ficar, desde que a integridade seja respeitada, o lugar não é tão importante", disse.

A preocupação maior do economista é com a medida provisória que deu ao governo vantagem em julgamentos de matérias tributárias a partir da volta do voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), órgão ligado à **Receita Federal**.

Em acordo com Lira, o ministro mandou um projeto de lei de urgência para substituir a medida provisória, mas o presidente da Câmara tem alertado que o tema é sensível e que encontra resistência dentro do Congresso, já que este foi um tema tratado recentemente pelos parlamentares.

"Todo mundo se sente confortável com a regra anterior e a autoridade fiscal perde força e, com isso, afrouxa muito a coisa que deveria ter rigidez", disse Haddad, alertando que, diante das indefinições, os processos estão parados e as perdas para o governo podem chegar, em pouco tempo, a R\$ 2 trilhões, contando com os R\$ 1,3 trilhão desde que a regra beneficiando o consumidor começou a valer.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/com-avanco-do-marco-fiscal-na-camara-governo-vai-concentrar-esforcos-na-reforma-tributaria-24052023>

Mais importante do que onde Coaf vai ficar é a integridade de dados, diz Haddad

Por Estevão Taiar, Valor - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que, "mais importante que onde Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) vai ficar", é que haja garantia da integridade de dados que passam pela autarquia. A afirmação foi feita a jornalistas nesta quarta-feira na entrada do ministério, ao ser questionado sobre o assunto. A medida provisória (MP) que trata da reforma administrativa estabelece que o Coaf permaneça sob o guarda-chuva do Banco Central (BC).

A respeito da **reforma tributária**, Haddad afirmou que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), "deixou claro ontem (terça-feira) que pretende votar" o texto antes do recesso parlamentar.

O ministro disse que vai "colocar toda a equipe" do secretário extraordinário da **reforma tributária** da pasta, Bernard Appy, à disposição do relator, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

"Estou muito confiante que a regra fiscal e a **reforma tributária** vão nos colocar em outro patamar", disse Haddad, destacando que "vamos inaugurar um ciclo muito promissor, mas que não para nisso". Ele lembrou que o Ministério da Fazenda vem trabalhando em reformas nos mercados de crédito, capitais e seguro e que a partir de agosto vai focar no projeto de "transição ecológica".

Haddad ainda afirmou que tratará nesta quarta-feira com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de medidas voltadas para o setor automotivo.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/24/mais-importante-de-onde-coaf-vai-ficar-e-a-integridade-de-dados-diz-haddad.ghtml>

Setor financeiro não quer privilégios na reforma tributária, diz entidade

O setor financeiro diz não querer privilégios na **reforma tributária**, mas considera importante que a **intermediação financeira**, ou seja, a concessão de crédito, não seja tributada. O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Rodrigo Maia, afirma que a tributação destoaria dos modelos de IVA (Imposto sobre Valor Agregado) mais recentes, e encareceria o crédito ao consumidor.

É uma decisão política, se vamos tributar o spread bancário (diferença entre custo de captação e juros cobrados no crédito) ou se vamos tributar o restante dos produtos da indústria financeira e isso compensa a arrecadação, diz ele ao Estadão/Broadcast, na primeira entrevista que concede após assumir a presidência da entidade, em fevereiro.

Ex-presidente da Câmara (2016-2021) e hoje atuando na iniciativa privada, Maia afirma ainda que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem mostrado abertura ao diálogo em diferentes frentes. Isso inclui as discussões sobre o crédito rotativo, que tem os juros mais altos entre linhas destinadas a pessoas físicas, e que está na mira do governo.

Maia afirma que ainda não se bateu o martelo nas discussões, que envolvem o setor financeiro, o Ministério da Fazenda e o Banco Central, que validará uma possível solução. A ideia é não gerar um cataclismo no parcelado sem juros - segundo os bancos, é subsidiado pelo rotativo. Esse produto (o parcelado) representa 40% da renda e 20% do **PIB**, diz. Tem de se procurar uma solução que trabalhe esse lado (os juros altos) sem prejudicar a atividade econômica. No cartão de crédito, os juros dos 75% das pessoas que parcelam são financiados pelos 25% que entram no rotativo.

Maia afirmou que há um consenso de que os juros do crédito são altos. Os juros altos não interessam a ninguém, muito menos aos bancos, porque o desgaste é na imagem dos bancos, mas são consequência de um produto que só existe no Brasil, o parcelado sem juros, disse. Segundo ele, não existe financiamento sem juros. Acho que o ministro Haddad entendeu, e agora está se conversando para resolver o problema sem inviabilizar o produto.

Ele, no entanto, não descarta o fim do crédito rotativo. Não há uma decisão, porque passa pelo regulador,

pela indústria financeira e pelo governo, afirmou Maia.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/24/setor-financeiro-nao-quer-privilegios-na-reforma-tributaria-diz-entidade.htm>

Reindustrialização do país volta ao debate

Por Rafael Vazquez - De São Paulo

Após o estrago que a pandemia de covid-19 causou nas cadeias globais de produção, a palavra reindustrialização voltou ao vocabulário nacional. O ex-ministro da Economia Paulo Guedes já falava da "oportunidade" que a crise das cadeias trouxe para o país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez campanha prometendo a "reindustrialização" e lança seu programa com esse objetivo nesta quinta-feira, 25, em São Paulo.

Diante do consenso de que não há condições atualmente para repetir o mesmo modelo do século passado, dentro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), os funcionários preferem usar o termo "neointustrialização". O que está no radar é uma série de iniciativas com o objetivo de, inicialmente, dar credibilidade macroeconômica e incentivar investimentos na indústria de transformação, que é essencialmente o setor que vem perdendo participação no **PIB** desde meados da década de 1980.

Economistas e empresários ouvidos pelo Valor apontam a necessidade de o Estado voltar a participar ativamente da construção de um parque industrial moderno e digitalizado, usando o BNDES como uma das ferramentas.

Segundo Pedro Wongtchowski, presidente do conselho de administração do grupo Ultra e líder do conselho de inovação e competitividade da Fiesp, a atual agenda do setor evita polêmicas do passado, pois o que está colocado à mesa não envolve, por exemplo, aumentos de tarifas para importações, característica marcante da antiga política de industrialização.

"O que estamos pedindo é a melhoria do ambiente de negócios. Isso implica uma **reforma tributária** bem feita, redução do contencioso jurídico, diminuição de custos logísticos. Essas circunstâncias macroeconômicas que cercam a indústria são as mais importantes e elas beneficiam o país como um todo. Portanto, não vejo nenhuma razão para que uma agenda pró-reindustrialização não seja levada adiante", diz o Wongtchowski.

Economistas ligados ao mercado financeiro também acreditam que o país deve se movimentar para aproveitar o seu potencial no momento em que as rupturas na cadeia global estimula redes de produção

menos fragmentadas e mais regionalizadas.

"O Brasil tem muito a se beneficiar. Os choques que nos empurram para uma reconfiguração das cadeias de valor incentivam países com grande potencial em recursos naturais a renovarem seus processos industriais, principalmente se não estiverem totalmente alinhados geopoliticamente a um lado [EUA e Europa] ou a outro [China e Rússia], diz o economista-chefe para América Latina do Citi, Ernesto Revilla.

Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp, o importante é entender que uma nova industrialização exige ações diferentes das adotadas no passado. "Tem que ser um processo ligado às novas tecnologias, incluindo robotização, inteligência artificial. Indústria não é um conjunto de fábricas. É uma forma de produzir", diz.

Belluzzo destaca a transição energética como elemento central e sugere que a Petrobras inicie um movimento para deixar de ser petroleira para se tornar uma companhia de energia, a exemplo de multinacionais como a britânica BP, a francesa Total e a anglo-holandesa Shell. Discussão nesse sentido ganhou força nos últimos dias, quando a empresa viu o Ibama negar licença ambiental para a perfuração de poços de petróleo próximos à foz do rio Amazonas. "Não se pode pensar em indústria sem ter um padrão energético eficiente", comenta Belluzzo.

Na visão do consultor em planejamento estratégico Thiago de Moraes Moreira, professor do Ibmec, caberá ao BNDES reassumir um papel ativo na reindustrialização oferecendo taxas de financiamento vantajosas para a formação de um parque industrial ligado à economia verde. "Nesse mundo de transição energética, o Brasil desponta com vantagens enormes pela abundância de recursos naturais. Reservas de lítio, cobalto e níquel, minerais importantes para a produção de baterias, por exemplo. E, com certeza, o hidrogênio verde, que tende a se tornar uma commodity de escala mundial nas próximas décadas."

Ele teme que o país demore demais para acionar o processo, que inevitavelmente será lento e gradual pela complexidade e necessidade de envolver diversas áreas. "O sucesso passará pela capacidade técnica de diferentes ministérios. Mdic, Planejamento, Casa Civil. Já estamos atrasados em transformar tudo isso em uma política industrial bem definida, com metas e resultados desejados."

Dentro das medidas que precisam ser executadas para a retomada da indústria no país, a simplificação dos **impostos** é citada como a mais importante. "Há vários fatores que, se não resolvermos, será difícil reverter a desindustrialização do Brasil. O primeiro é a **reforma tributária**", aponta o economista-chefe da Fiesp, Igor Rocha. "Não dá para continuar sendo esse pandemônio tributário no qual a indústria de transformação é exageradamente onerada."

A indústria de transformação representa 12,9% do **PIB**, segundo o IBGE, mas responde por 29,5% da arrecadação tributária - a maior carga entre todos os setores. "A reivindicação é por isonomia, equiparação, e não vantagens ou regimes especiais", esclarece Rocha.

O segundo fator é a taxa de juros, hoje em 13,75%. "Entendemos e apoiamos a missão de ter a **inflação** sob controle, mas o mesmo remédio que cura também mata, de acordo com a intensidade da dose", diz. "A taxa de juros, caso não esteja em patamares razoáveis, bloqueia o acesso à tecnologia de fronteira e deixa o setor obsoleto perante a concorrência global, o que impacta na produtividade."

Iedi e a CNI também apostam na melhoria do ambiente de negócios para impulsionar competitividade e poder de atração de fábricas para o país em meio ao processo de reconfiguração das cadeias globais. Destacam, nesse contexto, a importância de modernizar a infraestrutura e a logística em todas as regiões, corrigindo a concentração industrial de Sul e Sudeste.

"Nas últimas décadas, não investimos sequer para repor a depreciação da nossa infraestrutura existente. Por isso que, com alguma frequência, vemos pontes caindo, buracos abrindo em rodovias. E, com os eventos climáticos extremos, a estrutura física estará ainda mais sob pressão", diz Rafael Cagnin, economista do Iedi, "Precisamos eliminar gargalos para escoar melhor a produção. Falo de infraestrutura de portos e ferrovias, principalmente."

De acordo com diagnóstico da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a modernização da infraestrutura exige a construção de 35 mil quilômetros de malha ferroviária, além da revitalização de parte dos 28 mil quilômetros existentes - a mesma extensão que o Brasil tinha em 1922, sendo que cerca de 30% dos trilhos estão sem condição de uso.

"O Estado tem que fazer a manutenção dos ativos de infraestrutura. Foi um investimento feito no passado e é riqueza do país. Se a logística permanece cara e ineficiente, causa riscos para as pessoas, prejudica o fluxo de mercadorias e atrapalha a competitividade

das empresas", comenta a diretora de desenvolvimento industrial e economia da CNI, Lytha Spindola.

A executiva lamenta que o debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico tenha sido criminalizado nos últimos anos e defende que o governo deve se responsabilizar em conduzir a reindustrialização com a devida transparência. "Não há tudo ou nada nesse debate. O Estado tem mecanismos de subsídios que, em alguns casos, são absolutamente necessários. Outros países já estão incentivando suas indústrias com objetivos inclusive de segurança nacional, alimentar e sanitária. Estamos atrasados", afirma.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Reindustrialização do país volta ao debate

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/24/reindustrializacao-do-pais-volta-ao-debate.ghtml>

Marco fiscal provocará perda de R\$ 87 bilhões ao DF em 10 anos

Ana Maria Campos

O 8 de janeiro trouxe uma consequência grave aos cofres públicos do Distrito Federal. A Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (24/5), com 372 votos favoráveis, 108 contrários e uma abstenção o arcabouço fiscal, projeto de lei complementar que estabelece limite de gastos da União, com um rombo potencial de R\$ 87 bilhões em 10 anos no orçamento da capital do país. Decorre da mudança na atualização do Fundo Constitucional do DF, verba destinada ao custeio e à manutenção da segurança pública e ao auxílio nas despesas de saúde e educação da cidade.

A união de políticos de Brasília não surtiu efeito para convencer o relator do projeto de lei complementar, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), a retirar do substitutivo apresentado o teto de variação do Fundo Constitucional. A lei que criou o repasse, em vigor desde dezembro de 2002, estabelecia uma correção vinculada à variação da receita corrente líquida da União no período de um ano (leia Saiba mais). Agora, a partir de 2025, ficará atrelada ao teto de despesas primárias, no limite de 2,5% por ano, acrescido do IPCA.

Desde a semana passada, parlamentares, presidentes de partidos, integrantes do Governo do Distrito Federal e outros políticos tentaram convencer Cajado a retirar do texto a mudança no Fundo Constitucional, sob o fundamento de que o DF pode quebrar sem a atualização dos repasses nos padrões dos últimos 20 anos.

Segundo estudo da Secretaria de Planejamento do DF, o Fundo Constitucional cresceu em média 10,71% por ano desde 2003. No ano passado, chegou a 41,96%. Apenas em 2016 houve redução, de 3,08%. Em comparação com o teto de aumento de 2,5%, estabelecido no arcabouço fiscal, apenas em quatro anos - 2010, 2016, 2021 e 2022 - a correção foi inferior.

O secretário de Planejamento do DF, Ney Ferraz, esteve com Cajado e participou de reuniões com líderes da Câmara, conduzidas pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ferraz tem boa relação com o PP, mas Cajado parecia irredutível, e Lira estava afinado com o relator, escolhido por ele.

Ninguém fala abertamente, mas todos avaliam que o desastre na segurança da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro contribuiu muito para contaminar a opinião dos deputados federais em relação ao DF.

A avaliação geral é de que a capital tem privilégios ao receber dos cofres públicos da União verbas no montante de R\$ 23 bilhões, sem considerar, no entanto, que o GDF tem as prerrogativas de manter em bom funcionamento uma cidade que abriga os Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário -, além das representações diplomáticas.

Os deputados Alberto Fraga (PL-DF) e Fred Linhares (Republicanos-DF) apresentaram uma emenda ao substituto de Cajado. A votação do destaque ficou para hoje. É a última esperança da bancada do DF. O relator incluiu um jabuti no projeto que vai prejudicar o Distrito Federal. Até acho que o deputado Cajado deveria trabalhar para levar a capital para a Bahia, porque ninguém vai querer ficar aqui, disse Fraga.

União

O empresário Paulo Octávio, presidente regional do PSD, reuniu, na segunda-feira, presidentes de 21 partidos com a posição unânime contrária ao teto de correção do Fundo Constitucional. As discussões tiveram continuidade, ontem, na residência oficial da Câmara dos Deputados. Mas nada demoveu o relator. É uma questão fundamental. O Fundo Constitucional foi uma conquista, e a perda ou redução pode inviabilizar o DF, disse Paulo Octávio.

A deputada federal Érika Kokay (PT) tentou convencer os líderes governistas sobre a questão. Ela sabe o impacto político negativo da redução do Fundo Constitucional, inclusive para uma base que vota no PT, **servidores públicos**, professores e servidores da saúde. O Fundo Constitucional existe porque Brasília é a capital da República, aqui a gente tem sedeadas as embaixadas e todos os Poderes da República. Por isso, não podemos permitir que tenhamos esse impacto que pode chegar a R\$ 12 bilhões num prazo muito rápido, argumentou Kokay.

O montante de R\$ 12 bilhões foi uma estimativa inicial da Secretaria de Planejamento, atualizado com base em parâmetros adotados pelo próprio relator do arcabouço fiscal. Importa destacar a projeção para os

próximos 10 anos, considerando-se a regra atual, ou seja, pela variação da receita corrente líquida - RCL da União comparada com o regramento proposto, assumindo o IPCA médio anual de 4,5% e crescimento real da despesa de 1,26% a.a , registra o levantamento da Secretaria de Planejamento. Nesse caso, o prejuízo será de R\$ 87,8 bilhões até 2033, segundo esse estudo.

Tempo dirá

Ao apresentar seu substitutivo ontem à noite para votação, Cajado explicou sua posição sobre o Fundo Constitucional: Não haverá prejuízo. Eu recebi a bancada do Distrito Federal, senadores, deputados e deputadas. Eu garanto que não haverá prejuízos , frisou. Segundo ele, haverá correção da **inflação** com ganho real. O tempo dirá que estou certo.

E o deputado do PP da Bahia respondeu indiretamente a um questionamento dos políticos do DF sobre quem teve a ideia de incluir a mudança no texto do arcabouço fiscal, uma vez que não constava do projeto original encaminhado ao Congresso pela equipe econômica do governo Lula, conduzida pelo ministro Fernando Haddad. Foi uma construção coletivizada , destacou.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) já trabalha para tentar derrubar na Casa a mudança do Fundo Constitucional. Mas sabe que a luta é difícil, porque, se isso acontecer, o arcabouço fiscal deverá retornar à Câmara.

Dessa forma, os senadores governistas vão trabalhar para encerrar a questão no Senado e encaminhar para sanção do presidente Lula, uma vez que o arcabouço fiscal é prioridade de Haddad. O projeto é importante para a discussão da **reforma tributária**.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/5096736-marco-fiscal-provocara-perda-de-rs-87-bilhoes-ao-df-em-10-anos.html>

Reunião foi boa porque firmou entendimento para votar marco fiscal e tributária, diz Haddad

Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a elogiar a reunião promovida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta terça-feira, 23, quando retornou ao ministério, já no período da tarde. A reunião foi boa porque firmou entendimento para votar o marco fiscal e a **reforma tributária**, disse o ministro.

Questionado sobre a **reforma tributária**, Haddad afirmou estar convencido de que o tema será votado na Câmara ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar, destacando que não tem ingerência sobre a agenda do Congresso.

Estamos fazendo um texto para ter mais de 308 votos (mínimo para aprovação de PEC), mas teremos mais (votos), disse Haddad.

Nesta terça-feira ele ainda vai receber os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do texto na Câmara, e Reginaldo Lopes (PT-MG), presidente do grupo de trabalho que discute a matéria.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/23/reuniao-foi-boa-porque-firmou-entendimento-para-votar-marco-fiscal-e-tributaria-diz-haddad.htm>

Arcabouço fiscal vai demandar 'aumento permanente' da carga tributária, diz Marcos Lisboa

Por **Guilherme Pimenta**, Valor - Brasília

Por Guilherme Pimenta, Valor - Brasília

23/05/2023 15h34 Atualizado há uma hora

O economista Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica e ex-presidente do Insper, avalia que o projeto do novo arcabouço fiscal, para funcionar na prática, demandará um "aumento permanente e bastante alto da carga tributária", já que, em sua avaliação, pelos cálculos apresentados pelo governo, "a conta não fecha".

Ao participar de um almoço com parlamentares da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Lisboa disse que a fórmula de aumento real do salário mínimo, divulgada pelo governo, somada ao reajuste real do salário dos **servidores públicos** e à indexação das despesas de saúde e educação à receita corrente dificultam que a nova regra seja colocada em prática e resulte nos objetivos desejados pelo governo.

O economista estima que, em seus cálculos, a carga tributária terá de crescer mais de R\$ 50 bilhões por ano para que a regra alcance os objetivos, com riscos de ainda assim a regra não funcionar. "Fico preocupado", disse.

Ele também apontou que, em sua avaliação, a proposta "dá muita folga de gastos este ano e ano que vem, e em 2025 a gente vê como faz". A dívida, disse ele, tende a subir para 80% ou 85% em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**). "É um número preocupante. País rico consegue, país pobre não consegue, e o Brasil está se esforçando muito para se tornar um país pobre", criticou o economista.

O governo e o deputado relator, Claudio Cajado (PP-BA), têm rebatido as estimativas de mercado e negam que o substitutivo apresentado, previsto para ser votado na quarta-feira, eleve as despesas nos próximos anos acima de R\$ 20 bilhões. Ainda assim, o relator disse na segunda-feira que fará "ajustes de redação" no texto para esclarecer dúvidas e estimativas de mercado.

Lisboa disse ser favorável à regra do teto de gastos, e argumentou que ela foi responsável por "parar a recessão do Brasil", que em sua avaliação começou em 2011, época na qual o governo da ex-presidente Dilma Rousseff pressionava o Banco Central para redução de juros.

No almoço com parlamentares, Lisboa também elogiou a proposta de **reforma tributária**. "A reforma do IVA revela o que pagamos de imposto e não sabemos que pagamos", considerou. "Claro que famílias mais ricas vão perder um pouco. A elite vai pagar mais imposto. Querem combater a desigualdade ou não?", apontou o economista.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/23/arcabouco-fiscal-vai-demandar-aumento-permanente-da-carga-tributaria-diz-marcos-lisboa.ghtml>